



# Anais da Assembléia

Nº 24

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE MARÇO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOSELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI

## Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 09: Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Joselito Canto.

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 015.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 1995

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Edson Silva Lino e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Dufílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reni Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sergio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Ausente o Senhor Deputado: Péricles Melo (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 547

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por dez (10) sessões das Proposições n°s 121 e 124/94, itens 1 e 2 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 24.03.95.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO N° 538

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Pedido de Destaque para a Proposição n° 121/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 329/94, de autoria do Deputado Caíto Quintana, item n° 02 da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 544

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 540

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja registrada a justificativa de sua ausência à sessão de hoje por estar participando de reunião com pequenos produtores e trabalhadores rurais do município de Rebouças, neste Estado.

Sala das Sessões, 27.03.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO N° 528

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor às Diretorias da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, na pessoa de seu Presidente Dr. Jorge Aloísio Weber; do Instituto Centro de Comércio Exterior do Paraná - CEXPAR, na pessoa de seu Presidente Dr. Zulfiro Antonio Bosio; e do Jornal Indústria e Comércio do Paraná, na pessoa de seu Presidente Dr. Odone Fortes Martins, pela organização e realização do "II One Million Dollars Exporter's Club do Paraná" e do II Prêmio "Maiores Exportadores do Paraná".

Iniciativas como esta, incentivam nossos empresários ao aperfeiçoamento da qualidade dos produtos nacionais, possibilitando aos consumidores de outros países, o conhecimento de nossos produtos, abrindo as portas a investimentos externos para o nosso Estado, ampliando sobremaneira o crescimento da nossa economia.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 539

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar pela morte do Dr. Héber Soares Vargas, na Cidade de Londrina, e que o mesmo seja comunicado a família.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO N° 541

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de votos de pesar as famílias de Daniel Alves Marcelino, Reginaldo da Silva Marcelino, Paulo Zancani, Antonio Roberto Coaty e Wagner Belançon, ocorrido no dia 26 de março, (domingo), no trevo da PR 218 no Município de Sabáudia, em trágico acidente rodoviário.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

O trágico acidente envolvendo um caminhão e o ônibus que transportava a equipe do Belançon da Comunidade de Sabáudia, trouxe tristeza e dor as famílias que perderam seus entes queridos, bem como a todos os moradores do Município de Sabáudia e região.

#### REQUERIMENTO N° 542

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de votos de pesar pelo falecimento de Fernanda Ventura, filha de Roberto e Francisca Ventura, ocorrida no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

A morte sempre é um acontecimento que entristece a todos.

Aos que ficam não existe explicação possível e uma revolta nos atinge. Mas temos que acreditar em Deus e deixar em suas mãos nosso destino e nos apegarmos a sua sabedoria divina para superarmos estes momentos trágicos.

#### REQUERIMENTO N° 548

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. Edwino Donato Tempiski, ocorrido dia 21.03.95, nesta Capital.

Outrossim, requerem, que da decisão da

Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(aa) ANTÔNIO BELINATI

ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 82 anos, faleceu o Dr. Edwino Donato Tempiski, nesta Capital.

O extinto deixa viúva Dona Edite, 2 filhos e 4 netos.

Médico, político, professor e acadêmico, Edwino Donato Tempiski foi uma das figuras mais expressivas da intelectualidade paranaense. Nascido em Erechim - RS, fincou raízes em Curitiba, de tal modo que se tornou exemplo de paranaensidade. Formado em Medicina, foi assistente do Professor João Cândido, na Universidade Federal do Paraná. Desenvolveu prestigiada clínica médica, inclusive na Previdência Social, notabilizando-se pela bondade e devotamento à profissão.

Eleito vereador em 1946, elegeu-se na legislatura seguinte deputado estadual, destacando-se principalmente pela defesa da autonomia do Município de Curitiba. Integrante das fileiras da União Democrática Nacional. Obteve notoriedade nas letras, graças aos seus trabalhos literários e de pesquisa, notadamente quanto ao resgate da língua caingangue. Pertenceu ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico, sendo seu vice-Presidente. Ocupava a cadeira n° 33 da Academia Paranaense de Letras.

Edwino Tempiski, era Cidadão Honorário de Curitiba. Tornou-se um dos baluartes da construção do Hospital Nossa Senhora das Graças e da etnia polonesa, cuja história elegeu.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Edwino.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O passamento do Dr. Edwino Donato Tempiski, deixou enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais os Deputados subscretores do presente.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio destes Deputados, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Tempiski, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e

após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Gernot Reuter, ocorrido em 21 de março próximo passado, no Município de Marechal Cândido Rondon, região em que atuou como destacado empresário.

Requer, ainda, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) ÉLIO RUSCH

#### REQUERIMENTO N° 556

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUE-REM, envio de votos de pesar, à família de Héber Soares Vargas.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

O Paraná perde um dos maiores idealistas de sua história. A luta do Dr. Héber Soares Vargas, venceu gerações, fronteiras e tirou milhares de jovens do caminho destrutivo do álcool e das drogas, sempre achando tempo em sua vida para desenvolver este trabalho voluntário, o nome Héber Soares Vargas, fica marcado definitivamente como o combatente voraz das drogas e do álcool. Combatendo sem armas, venceu inúmeras guerras contra este mal.

Foi o fundador dos Conselhos Municipal e Estadual de Entorpecentes e introduziu o estudo científico de Criminologia e Vitimologia na América Latina.

Ao constataremos sua morte, consternados, nos recolhemos a meditar na sua lição de vida. Milhares de pessoas devem a recuperação do vício das drogas a este homem, assim como milhares de pessoas recrutadas pela sabedoria e pelo idealismo do Dr. Héber, agora estão aptos a tentar suprir esta ausência irreparável e em homenagem a este, continuar sua luta incansável de combate às drogas e ao álcool.

#### REQUERIMENTO N° 537

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Palmas, pelo transcurso de seus 116 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor José Ferreira de Almeida, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Senhor Alcides Goldoni, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população palmense, onde flo-

resce o progresso.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Compartilhando da alegria de toda a população palmense, queremos, na significativa data de 14 de abril de 95, em que transcorre seu 116° aniversário de emancipação política, renovando nossa homenagem de gratidão e reconhecimento, na certeza de que continuarão na trilha do progresso.

Observamos com muito orgulho que apesar da crise que se instalou em nosso País, Palmas caminha a passos certos rumo ao crescente progresso.

Parabenizamos com esta Proposição, o povo sincero e amigo da Cidade de Palmas.

Palmas, conservando as relíquias do seu passado, as suas tradições, o espírito de luta de sua laboriosa população, que com muito trabalho e dedicação dá sua importante contribuição para o progresso do Estado do Paraná e do Brasil, com seus administradores de todos os tempos preocupados e compromissados com a melhoria de vida de sua população, é merecedora de nossa confiança e aplausos por seu constante desenvolvimento.

Estendemos nossos agradecimentos também, a todos aqueles que de uma forma ou de outra continuam dando o melhor de seus esforços em favor de sua terra e de sua gente trabalhadora que confia no amanhã.

O aniversário de Palmas diz muito a todos nós paranaenses, que amamos nossa terra e a ela devotamos toda a nossa energia.

Ao contentamento de toda a população de Palmas, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, na certeza de que o progresso é fruto do trabalho diuturno de seu povo. Pois, o trabalho conjunto, a união de forças é o fator básico para as conquistas e benefícios alcançados ao longo de todos esses anos.

Na comemoração de seus 116 anos de emancipação política, Palmas continua sendo a mesma cidade aberta e hospitaleira, com invejável dinamismo.

#### REQUERIMENTO N° 543

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, REQUER, envio de votos de congratulações ao Ministro da Agricultura - José Eduardo de Andrade Vieira, pela extensão dos contratos de EGF - Empréstimo do Governo Federal, a todos os agricultores.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

Tal medida atende a reivindicação do

setor que necessita de crédito para comercialização da safra.

Ao tornar extensivo o EGF a todos os agricultores, independente dos que financiaram o plantio da safra, o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, mostrou sensibilidade e conhecimento dos problemas que afligem o produtor.

Com medidas como esta, a agricultura, esteio da nação, encontra eco em seus anseios e necessidades.

## REQUERIMENTO N° 545

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Senhor Valmor Weiss pelo Movimento Pró-Duplicação da BR-116, pela mobilização das Lideranças Política e Empresarial do Paraná.

Objetivando a duplicação da BR-116, que tem provocado 1.000 (mil) mortes a cada ano, sendo de fundamental importância para economia paranaense.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

## REQUERIMENTO N° 559

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, registro e envio de voto de congratulações aos dirigentes do Jornal Indústria & Comércio, da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP e do CEXPAR - Centro de Comércio Exterior do Paraná, pela realização, nesta data, do evento II Prêmio Maiores Exportadores do Paraná e do Paraná One Million Dollar Club.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) SÂMIS DA SILVA

## JUSTIFICATIVA:

O evento acima referido objetivou premiar, com justiça, 223 empresas que operam no nosso Estado e que ultrapassaram a cifra de US\$ 1 milhão em exportações em 1994. Destas, destaque especial conferido a 32 empresas cujo desempenho individual, superior a US\$ 20 milhões em 1994, atingiu a cifra de US\$ 2,3 bilhões em exportações durante o ano passado.

Grças a esse esforço, o Paraná se colocou em 1994 como o 4° Estado exportador brasileiro, com um total de US\$ 3,5 bilhões de dólares, com ênfase no setor agropecuário.

Em 1995, com certeza, estaremos situados em patamares ainda mais significativos, graças ao esforço conjunto das forças vivas deste Estado pujante que temos a honra de representar junto a este Poder Legislativo.

## REQUERIMENTO N° 557

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de "votos de louvor" ao Rotary Clube Curitiba Norte, pelos excelentes programas sociais que vem desenvolvendo: Polio Plus e de Subsídios Equivalentes. Programas esses que em muito vêm contribuindo para alcançarmos uma melhoria de vida de diversas classes menos favorecidas. Como é o caso daqueles que integram o Instituto Paranaense de Cegos, contemplados com a doação de termos-copiadoras, para reprodução da escrita Braille.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Senhor Claudio Humberto Brener, Coordenador do Projeto Subsídios Equivalentes do Rotary Clube Curitiba Norte e ao Governador do Rotary Clube do Paraná e à Presidência da Fundação Rotária, através da qual o Rotary Internacional presta tão relevantes serviços comunitários.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 558

Senhor Presidente.

No último sábado o Coral Folclórico Italiano Santa Felicidade, completou e comemorou o seu cinquentenário. Inicialmente um grupo de cantores da Igreja de Santa Felicidade. Com o passar do tempo o grupo passou a participar de outros eventos, até transformar-se no Coral Folclórico Italiano Santa Felicidade a partir de 1978, quando possuía 26 componentes. Hoje possui 55 e, com brilhantismo vem deixando seu registro em eventos significativos, como centenário da imigração italiana, Festas da Uva e do Vinho, festivais folclóricos promovidos pelo Governo do Estado no Teatro Guaíra, além de outros. Todavia, o coral nunca esqueceu sua origem: a família e o canto da Igreja de Santa Felicidade.

Por ocasião das comemorações do 50° aniversário do Coral, foram homenageados dois componentes do grupo: Antonio Lucca e Silvano Túlio, que há 50 anos estão cantando no Coral. Outras pessoas gratas e responsáveis pelo sucesso do Coral foram lembradas.

Por tudo isso e pelo muito que representa o Coral Folclórico Italiano Santa Felicidade para a cultura paranaense, merece o mesmo o louvor e as congratulações desta Casa. Assim, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de "Votos de Louvor e Congratulações" com o Coral Folclórico Italiano San-

ta Felicidade.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Coral homenageado e ao Párruco da Igreja de Santa Felicidade, onde o grupo teve sua origem.

Sala das Sessões, em 27.03.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 553

Senhor Presidente.

Nos termos do que dispõe o Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, Ramiro Wahrhaftig, solicitando ao mesmo que viabilize, em caráter de urgência, a criação e implantação do curso de magistério no período noturno, nas Escolas Olavo Bilac, Machado de Assis, Francisco Lisboa e Padre George Schol, situadas no Município de Sarandi, conforme reivindicação formulada pela União Sarandiense das Associações de Moradores, registrada no C.G.C do M.F. sob n° 84.783.430/0001-17.

O curso de magistério, no Município de Sarandi, é ofertado somente no período diurno, o que vem prejudicando o acesso dos cidadãos que trabalham a essa possibilidade de aprimoramento cultural.

Cabe destacar que aqueles municípios que dispõem de recursos financeiros se deslocam para as cidades vizinhas que oferecem o curso de magistério no período noturno. Dessa forma, há grande insatisfação em razão dessa deficiência, razão pela qual se espera o emendamento de providências por parte das autoridades competentes.

Sala das Sessões, em 24.03.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 554

Senhor Presidente.

Consoante o que prescreve o Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Arquiteto Jaime Lerner, solicitando ao mesmo que informe à Assembléia Legislativa qual o programa de trabalho do Governo previsto para a COHAPAR, bem como se há programas habitacionais a serem implementados na área rural.

Tratam-se de informações destinadas a esclarecimento público, tendo em vista que o déficit habitacional é uma constante entre as preocupações da população paranaense.

Sala das Sessões, em 27.03.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 555

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Arquiteto Jaime Lerner, solicitando ao mesmo que informe à Assembléia Legislativa do Estado se existe previsão, no Orçamento, para a construção do trevo de acesso a Maringá, no Anel Viário Prefeito Sincler Sambatti (Contorno Sul), na entrada dos conjuntos Habitacionais Cidade Alta I e II.

Caso a resposta seja afirmativa, pede-se seja informado se existe previsão para o início e conclusão da sobredita obra.

Trata-se de reivindicação da comunidade maringaense, posto que é intenso o fluxo de veículos de alta tonelagem naquela região e a malha viária estadual deve ser melhor organizada a fim de se evitar os constantes acidentes acontecidos na localidade. O trevo em questão é fundamental e espera-se contar com a especial deferência do Governo Estadual para a consecução dessa obra dentro do menor espaço de tempo possível.

Sala das Sessões, em 27.03.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 525

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do Plenário, seja endereçado expediente ao ministro da Previdência Social, Deputado Reinhold Stephanes, convidando S. Exa. a comparecer a esta Casa de Leis para expor em detalhes as mudanças pretendidas pelo governo para a Previdência Social.

O assunto está em pauta no Congresso Nacional e a presença do ministro Stephanes será de grande importância para esclarecer eventuais dúvidas de todos os parlamentares e lideranças interessadas, que certamente virão acompanhar a fala do Ministro.

Por tratar-se de um ilustre paranaense, a aceitação deste convite por parte do Ministro da Previdência será, sem dúvida, atitude que muito valorizará esta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 27.03.95

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 526

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Doutor Ramiro Wahrhaftig, sugerindo que seja incluído no cardápio da Merenda Escolar a "Farinha de Mandioca".

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) EDNO GUIMARÃES

## JUSTIFICATIVA:

Somos sabedores que o Governo Estadual, vem enfrentando problemas financeiros para a compra de merenda escolar para a distribuição nas escolas públicas da rede estadual.

Nossa sugestão deve-se ao fato de que em nossa região ou seja região noroeste, existem inúmeros produtores de mandioca.

Diante disto a inclusão desta fonte de carboidratos, só virá contribuir para o problema da merenda escolar, melhorando a qualidade e baixando o custo.

## REQUERIMENTO N° 527

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Ciência, Ensino Superior e Tecnologia, Doutor Alexandre Fontana Beltrão, solicitando informações sobre a existência e qual o montante dos recursos Orçamentários, destinados ao Campus Extensão de Cianorte da Universidade Estadual de Maringá.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) EDNO GUIMARÃES

## JUSTIFICATIVA:

A Lei n° 331/94, que trata do Orçamento do Estado para o ano de 1995 contemplou aquela Instituição no Código 1214.08442052.054, com recursos financeiros para o Campus Extensão de Cianorte: Isto posto questiona-se o presente pleito.

## REQUERIMENTO N° 529

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de colocar dois postes na Av. da República - continuação da Ferrovia, entre os n°s 20 e 36, no bairro do Parolin. No outro trecho dessa rua há iluminação, porém no local solicitado é totalmente escuro à noite.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 530

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de colocar um poste e lâmpada na Rua Maria Alves, em frente a

Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada na Vila Rio Negro. O pedido está sendo feito devido à noite o local ficar às escuras.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 531

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido que está sendo feito pelos usuários do Ônibus Eugênia Maria, os quais solicitam que a linha seja estendida até a Colônia Faria. Pedem também que o Ônibus Belo Rincão tenha parada no Terminal Guadalupe, uma vez que seria de grande valia para muitas pessoas.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 532

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de instalar um aparelho telefônico em frente ao Bar E.C. Ivani, localizado na Rua Antonio Skrepec n° 10 - Jardim Vovó Luiza - Pinheirinho. O endereço citado fica entre as ruas Sagrado Coração de Jesus e a entrada do Conjunto Saquarema. O pedido está sendo feito pelos moradores do bairro, tendo em vista que nas proximidades não há telefone público, dificultando a vida de todos. Esclarecem eles que já fizeram o pedido para a TELEPAR via telefone, porém não foram atendidos.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 533

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido que está sendo feito pelos moradores de Almirante Tamandaré, os quais solicitam a instalação de um aparelho telefônico público no Bar e Mercearia da Dona Rita, localizado na Rua Minas Gerais, n° 22 - Jardim Cecília.

O pedido vem sendo feito há mais ou menos uns 10 (dez) anos, porém nunca foi atendido. Com a instalação do mesmo, toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 27.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 534

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua à Companhia de Saneamento do Paraná - SANE-PAR, no sentido de sanar o problema na rede de esgoto da Av. da República, continuação da FERROVILA, proximidades do n° 36 - Parolim. Ocorre que toda a semana a rede estoura, causando muitos transtornos a todos os moradores.

É necessário verificar o problema que vem ocorrendo e saná-lo definitivamente.

Sala das Sessões, em 27.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 535

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de proceder a limpeza de um terreno baldio localizado em frente ao n° 527, na Rua Petúnia - Jardim Boa Vista I, tendo em vista que há muito mato no local, servindo de esconderijo para desocupados. A população encontra-se apreensiva, principalmente àquelas pessoas que necessitam passar à noite em frente desse terreno.

Pede-se urgência no atendimento do presente, antes que algo mais grave venha ocorrer.

Sala das Sessões, em 27.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 536

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Paranaguá, no sentido de sanar o problema de falta de energia elétrica na Rua do Linguado, localizado no Balneário de Pontal do Sul, uma vez que os proprietários das residências pagam as taxas, porém não dispõem desse benefício. Já foi encaminhado pedido à COPEL através de nosso Requerimento de n° 6585/94 e nos foi encaminhada a resposta de que a responsabilidade é da Prefeitura. Anexo seguem cópias do nosso requerimento e do Ofício SGD-C/1286/94 da COPEL para apreciação.

Pede-se urgência no atendimento do pedido tendo em vista que esse problema dura há mais ou menos 05 (cinco) anos.

Sala das Sessões, em 27.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Deputado Orlando Pessuti

Nesta Assembléia

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de resolver o problema que vem ocorrendo com os moradores da Rua do Linguado, localizada no Balneário de Pontal do Sul, os quais afirmam que pagam a taxa de consumo de energia elétrica, porém há cinco anos que não dispõem de tal serviço de utilidade pública.

Pedem os moradores que o problema seja resolvido o mais breve possível devido não ser justo a cobrança de um benefício que não existe.

Sala das Sessões, em 06.06.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Deputado Estadual

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL  
SGD/1286/94

Curitiba, 28 de julho de 1994.

Exmo. Sr.

Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho  
Secretário-Chefe

Casa Civil do Governo do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu

Centro Cívico

80.530-909 - Curitiba - PR

REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (SPI-1.973.830-2)

Com respeito ao processo em referência, estamos encaminhando, em anexo (I), como sugestão, minuta de ofício a ser dirigido pelo Exmo. Sr. Governador ao Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, com informações pertinentes ao requerimento do Deputado Luiz Carlos Martins referente à cobrança de taxa da iluminação pública dos moradores da Rua do Linguado, em Pontal do Sul, sem que aquela via disponha de luminária nos postes.

Atenciosamente,

(a) JOÃO CARLOS CASCAES

Diretor Presidente

Curitiba, 28.07.94

OF. ATG- /94

Senhor Presidente.

Pelo Ofício n° 2307/94/DA/CEA/SC, de 14.06.94 (SPI-1.973.830-2), Vossa Excelên-



cia me encaminhou cópia do requerimento do Deputado Luiz Carlos Martins, aprovado em Sessão Plenária dessa Casa, para solução do problema de inexistência de iluminação pública na Rua do Linguado, no Balneário Pontal do Sul, cujos moradores pagam a respectiva taxa nas faturas de energia elétrica.

A respeito, cabe observar o que se segue:

a) Os sistemas de iluminação pública são da responsabilidade das prefeituras municipais, às quais compete definir as áreas a serem atendidas, solicitar projetos e orçamentos à COPEL, cobrir os respectivos custos e autorizar a execução dos serviços.

A COPEL, no caso, atua como simples prestadora de serviços, elaborando os projetos solicitados pelas municipalidades e administrando as obras de implantação da rede, após o pagamento dos respectivos custos.

É importante ressaltar, inclusive, que é vedado às concessionárias de energia elétrica fazer investimentos em iluminação pública.

b) No caso em pauta, a taxa de iluminação pública é cobrada com base em convênio com a Prefeitura de Paranaguá, abrangendo todos os municípios que possuem ligação de energia elétrica - independentemente de possuírem ou não luminárias em frente ao imóvel - pois a cobrança se refere à utilização do sistema de iluminação pública como um todo.

Os valores dessa taxa são repassados, integralmente, pela COPEL à Prefeitura Municipal.

c) Diante do exposto, a solicitação dos moradores da Rua do Linguado deve ser dirigida à Prefeitura Municipal de Paranaguá.

Permanecendo ao dispor de Vossa Excelência, subscrevo-me

Atenciosamente,

(a) MÁRIO PEREIRA  
Governador do Paraná

A S. Exa. o Sr.  
Presidente da  
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Deputado Orlando Pessuti  
Centro Cívico  
80.530-911 - Curitiba - PR

#### REQUERIMENTO N° 551

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Schwartz, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o recapeamento do trecho que liga o Município de

Alto Piquiri ao Distrito de Paulistânia, no mesmo Município.

Do aprovado requer ainda, seja encaminhado ao Senhor Elias Pereira da Silva, Prefeito Municipal de Alto Piquiri, Senhor Jair Bertel (vice-Prefeito Municipal) Rua Santos Dumont, 315, CEP: 87.580-000, e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3.800 - 1° andar, conj. 101 - Ed. Centro Comercial, Umuarama, CEP: 87.501-190).

Sala das Sessões, em 27.03.95

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

O constante fluxo de veículos, principalmente na época da comercialização da grande safra agrícola, as frequentes chuvas que caem na região, são fatores que contribuem para o desgaste da camada asfáltica deixando as estradas em péssimo estado de conservação.

O recapeamento do trecho em questão possibilitará àquela localidade melhores condições de tráfego.

#### REQUERIMENTO N° 552

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Mui Digno Secretário dos Transportes, solicitando a liberação de recursos para a construção da ponte sobre o Rio Ivaí, na estrada que liga os Municípios de Tapira a Santa Mônica.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Valdemar Antonio Palmieri, Prefeito Municipal de Santa Mônica (Av. XV de Novembro, s/n°, CEP 87910-000); Senhor Wilson Lucena, Prefeito Municipal de Tapira (Rua Paranaguá, s/n°); Vereador José França Belarmino (Câmara Municipal, Rua Paranaguá, 518 - CEP 87830-000); Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800, 1° andar, sala 101 - Ed. Centro Comercial, Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A ponte em questão faz a importante ligação entre duas regiões do Estado.

A obra já se encontra licitada e orçada desde dezembro/94, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para um vão de 290 metros.

#### REQUERIMENTO N° 546

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Mi-

guel Salomão, solicitando as seguintes informações:

1. Declarar a receita do IPVA, no exercício fiscal de 1994, expresso em real ou em UFIR, relacionando mês a mês;

2. Qual foi a arrecadação nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1995, discriminando mês a mês;

3. Estimar a previsão da receita do IPVA para o exercício de 1995, discriminando mês a mês;

4. Percentualmente, quantos contribuintes pagaram o IPVA antecipado de acordo com a instrução n° 14/95, posteriormente sustada pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

5. Qual o número de contribuintes e a receita prevista por categoria de veículos, conforme o estabelecido no art. 4° da Lei n° 11.017:

I - Para ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos registrados no DETRAN na categoria aluguel ou espécie carga;

II - Para veículos pertencentes a empresas locadoras e destinados à locação;

III - Para os demais veículos (automóveis).

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que são contraditórios os números constantes do Orçamento do Estado do Paraná com a receita do IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores). É indispensável para uma avaliação correta deste tributo e a obtenção dos dados corretos sobre as receitas realizada e prevista com este tributo e o imposto que as atuais alíquotas estão causando nas categorias econômicas.

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 007/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Paranaguá, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Pontal do Paraná.

"Começa na ponte sobre o Rio Fortuna, na PR-407; seguindo pela PR-407 até alcançar a ponte sobre o Rio Guaraguaçu; pelo Rio Guaraguaçu abaixo até sua foz na orla marítima, confrontando com a Baía de Paranaguá; pela orla marítima, confrontando com o Oceano Atlântico, até alcançar o Balneário das Monções, na divisa intermunicipal com Matinhos; deste ponto, por linha reta e seca de divisa intermunicipal Paranaguá - Matinhos, até a foz do Rio Guaraguaçu, ainda divisando com o Município de Matinhos, até alcançar o Rio Camba-

rá acima até a ponte, na Estrada Municipal PA-304; pela Estrada Municipal PA-304 até a ponte sobre o Rio das Pombas; pelo Rio das Pombas, abaixo, até encontrar o caminho de ligação PR-407; Rio das Pombas; pelo referido caminho até a ponte sobre o Rio Fortuna na PR-407, ponto inicial".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

A criação de um novo município compreendendo os balneários que vão da Praia de Leste a Pontal do Sul, hoje integrantes de Paranaguá, não é uma reivindicação nova.

Há anos, moradores, proprietários e veranistas da região defendem a proposta como resposta ao abandono. A cobrança de impostos e taxas pela Prefeitura de Paranaguá não tem sido acompanhada da realização das obras necessárias para melhoria da infraestrutura local: abertura de ruas, saneamento, limpeza e conservação, iluminação e segurança. As reclamações alcançam também o atendimento deficitário nas áreas de educação e saúde da população residente.

Em 1990, a Assembléia Legislativa, por iniciativa do Deputado Anibal Khury, discutiu e aprovou projeto de lei criando, "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Pontal do Paraná. O projeto foi sancionado pelo Governador do Estado mas, em virtude de uma manobra da Câmara Municipal de Paranaguá, transferindo a sede do município diretamente para a área a ser desmembrada, a consulta à população deixou de ser realizada.

Nos últimos anos, acentuaram-se as críticas pelo abandono da região e o movimento pela criação do novo município foi retomada por iniciativa da população interessada.

Pesquisa realizada pelo Conselho das Associações das Praias de Paranaguá (anexa) apontou a ampla aprovação da proposta de criação de Pontal do Paraná: de 5.003 entrevistados, 4.653 (93%) se disseram a favor da emancipação dos balneários.

Diante de tão enfática aprovação, não pode esta Casa deixar de discutir o assunto, procurando atender o anseio daquela parcela da população paranaense.

O desmembramento de territórios para a criação de novos municípios é possibilidade prevista na Constituição e, por esta razão, observadas as exigências legais e regimentais, esperamos ver aprovado o presente projeto, autorizando a realização do plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Pontal do Paraná.

É a justificativa.  
 Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 079/95  
 A Assembléia Legislativa do  
 Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Os estabelecimentos comerciais situados em terrenos contíguos às faixas de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) somente poderão obter autorização para acesso às estradas estaduais se comprometerem a não vender ou servir bebida com qualquer teor alcoólico, sob pena de ser cancelada a referida autorização.

Art. 2° - A autorização que já tiver sido concedida será cancelada, independentemente de notificação, se o respectivo estabelecimento não apresentar ao órgão concedente o compromisso a que alude o artigo anterior, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação desta lei.

Art. 3° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

A Constituição Federal estabelece a competência da União para legislar sobre tráfego e trânsito nas vias terrestres, competência que não exclui a dos Estados para, supletivamente, legislarem sobre a matéria.

Legislando portanto, sobre segurança de tráfego nas estradas estará o Estado agindo rigorosamente dentro do âmbito de sua competência que foi conferida pela Constituição Federal, chamando a si a disciplina da matéria não estará invadindo a área de alçada dos municípios.

A presente propositura colimando, por conseguinte, perfilha-se entre as normas relativas à segurança do tráfego em estradas estaduais, ajusta-se ao figurino constitucional e ao ordenamento legal vigente.

As autorizações para acessos deverão obedecer as condições estabelecidas nesta lei e serão dadas sempre a título precário, prevendo o texto legal da regulamentação que os acessos e os estabelecimentos obedecerão em tudo as normas técnicas específicas baixadas pelo Executivo de acordo com o art. 3°.

Ora, a preocupação com segurança ao longo das rodovias do Estado, é sem dúvi-

da, técnica que preside a todas as disposições que serão impostas aos proprietários de estabelecimentos comerciais.

As restrições para a venda de bebidas alcoólicas serão as previstas na regulamentação desta lei.

O Estado de São Paulo, através da Lei n° 4.855/85 de 27 de novembro de 1985, regulamentada pelo Decreto n° 28.761 de agosto de 1988, proibiu servir bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais situados ao longo das rodovias estaduais (xerox anexo). Conforme tivemos oportunidade de constatar pessoalmente, está sendo cumprida rigorosamente.

Esperamos que este nosso projeto mereça a atenção dos nossos Pares.

*Proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais situados em terrenos contíguos às faixas de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem*

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO** decreta e eu, Luiz Carlos Santos, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do § 2.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969), a seguinte lei:

Artigo 1.º — Os estabelecimentos comerciais situados em terrenos contíguos às faixas de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem somente poderão obter autorização para acesso às estradas estaduais se se comprometerem a não vender ou servir bebida com qualquer teor alcoólico, sob pena de ser cancelada a referida autorização.

Artigo 2.º — A autorização que já tiver sido concedida será cancelada, independentemente de notificação, se o respectivo estabelecimento não apresentar ao órgão concedente o compromisso a que alude o artigo anterior, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da publicação desta lei.

Artigo 3.º — Fica o representante da Fazenda do Estado junto à DERSA — Desenvolvimento Rodoviário S.A. obrigado a propor alteração nos Estatutos Sociais da empresa, no sentido de que sejam adotados os preceitos estatuídos nesta lei, relativamente às rodovias sob a sua jurisdição.

Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 27 de novembro de 1985.

a) LUIZ CARLOS SANTOS, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em 27-11-85.

a) Luiz Carlos Santos, Diretor Geral

**LEI N.º 4.855, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1985**

*Regulamenta a Lei n.º 4.855, de 27 de novembro de 1985*

**ORESTES QUÉRCIA**, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei n.º 4.855, de 27 de novembro de 1985,

**Decreta:**

Artigo 1.º — Os estabelecimentos comerciais localizados às margens das rodovias estaduais do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo — DER e daquelas operadas pela DERSA — Desenvolvimento Rodoviário S.A., e que tenham autorização de acesso por elas, não poderão vender ou servir bebidas com qualquer teor alcoólico, sob pena de ser cancelada esta autorização.

Artigo 2.º — Constatado pela fiscalização que os estabelecimentos infringiram o disposto no artigo 1.º deste decreto, lavrar-se-á auto de infração circunstanciado, assegurado ao infrator o prazo de 5 (cinco) dias para sua impugnação.

§ 1.º — A impugnação será dirigida ao Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo — DER, que decidirá no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir de seu recebimento, publicando sua decisão no Diário Oficial do Estado.

§ 2.º — Julgado procedente o auto de infração, o Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo — DER determinará o cancelamento da autorização de acesso e, de imediato, seu fechamento.

§ 3.º — Da decisão cancelando a autorização caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias, ao Secretário dos Transportes, que poderá recebê-lo no efeito devolutivo ou suspensivo.

§ 4.º — O recurso será dirigido ao Secretário dos Transportes, por intermédio do Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo — DER, que poderá, no prazo de 3 (três) dias, reconsiderar a sua decisão ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir devidamente informado. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contado da interposição do recurso.

Artigo 3.º — Cancelada a autorização de acesso, a sua restauração poderá ser concedida apenas uma vez após 12 (doze) meses, observados os requisitos para a concessão.

Parágrafo Único — O Secretário dos Transportes poderá determinar a reabertura provisória do acesso, desde que o infrator se comprometa ao fechamento do imóvel anteriormente desenhado à comercialização de bebidas alcoólicas.

Artigo 4.º — O Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo — DER designará os agentes que fiscalizarão o fiel cumprimento das obrigações decorrentes deste decreto e que lavrarão os respectivos autos de infração quando da sua violação.

Parágrafo Único — A designação dos agentes responsáveis pela fiscalização das estradas operadas pela DERSA — Desenvolvimento Rodoviário S.A. será realizada após prévia indicação de seu Diretor-Presidente.

Artigo 5.º — Os estabelecimentos abrangidos por este decreto ficam obrigados a ter fixados, em lugar visível ao público, cartazes relativos à proibição de que trata a lei, conforme modelo a ser aprovado pelo Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo — DER.

Parágrafo Único — A Polícia Rodoviária prestará a colaboração que se fizer necessária e for solicitada pelos agentes de fiscalização.

Artigo 6.º — O Secretário dos Transportes poderá determinar, por resolução, todo ato que se fizer necessário à fiel observância deste decreto.

Artigo 7.º — Este decreto entrará em vigor 15 (quinze) dias após a sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 26 de agosto de 1988.

ORESTES QUÉRCIA

Walter Bernardes Nory, Secretário dos Transportes

Roberto Valle Rollemberg, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 26 de agosto de 1988.

# PROJETO DE LEI N.º 080/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a empreender os estudos e planejamento necessários à criação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná — CODEL.

Art. 2.º — A Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná — CODEL terá como função de planejar e coordenar as ações do Governo do Estado do Paraná, entre outras, nas áreas de:

- I - Infra-estrutura;
- II - Desenvolvimento econômico;
- III - Integração entre municípios;
- IV - Turismo e patrimônio histórico-cultural;
- V - Meio Ambiente
- VI - Saúde.

Art. 3.º — O estudo necessário à viabilização da instituição da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná — CODEL deve ser necessariamente concluído até o final do ano de 1995, de forma a propiciar o planejamento orçamentário necessário à instituição do referido órgão para, no máximo, o início de 1996.

Parágrafo Único — Se o Poder Executivo Estadual possuir a dotação orçamentária necessária, fica autorizado a criar a Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná — CODEL de imediato.

Art. 4.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) ÂNGELO VANHONI

ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Em que pese possuir natureza geo-política estratégica, principalmente devido ao Porto de Paranaguá e ao potencial turístico, o litoral paranaense permaneceu anos em total abandono por parte do Governo do Estado. Com exceção do sistema de abastecimento de água das praias, há mais de vinte anos não é conhecido nenhum projeto de amplo alcance que tenha como objetivo o desenvolvimento desta importante microrregião do Estado.

Com o implemento, a nível global, da internacionalização da economia, que entre nós repercute diretamente com o MERCOSUL, o Porto de Paranaguá se torna estrutura estratégica para o desenvolvimento do Estado. E para que funcione de forma moderna e eficiente, é necessário que a infra-estrutura que o circunda seja melhorada e modernizada. O quadro atual, principalmente no município de Paranaguá é, entretanto, desesperador. O Porto, atualmente, é danoso à cidade, numa estranha relação onde o reverso é que deveria ser regra.

Por outro lado, o crescimento da indústria turística a nível mundial também recoloca as praias, as cidades históricas e as reservas ambientais do litoral paranaense em posição privilegiada. Por isso, é urgente a implantação de uma política de turismo que possa redundar em benefício

para o Estado.

É no sentido da busca de uma alternativa concreta e imediata para a problemática da microrregião do Litoral que apresento este projeto de lei. Com a criação, por parte do Poder Executivo Estadual, de uma Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná, que sugerimos denominar-se CODEL, pensa-se ser possível o estabelecimento de uma política de desenvolvimento integrado do Litoral Paranaense. Esta proposta, outrossim, tem como paradigma administrativo a COMEC, que vem bem agindo na Região Metropolitana de Curitiba.

Esta iniciativa, por fim, se adapta com perfeição ao Projeto do Governo Jaime Lerner, onde é prevista a criação de microrregiões de desenvolvimento. Nossa intenção é que a conjugação de esforços entre o Governo Estadual, as Prefeituras e Câmaras Municipais, somada à sociedade civil como um todo, capitaneados pela Coordenadoria em criação, possam estabelecer um projeto de desenvolvimento no qual o Litoral paranaense tenha sua importância reconhecida e possa retribuir ao Estado, e em última análise, ao País.

PROJETO DE LEI N° 081/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a empreender estudos e o planejamento necessários à construção do Hospital Regional do Litoral, no Município de Paranaguá.

Art. 2° - A construção do referido hospital deve obedecer às diretrizes técnicas do SUS - Sistema Único de Saúde - e à legislação vigente para o atendimento à população da microrregião do Litoral.

Art. 3° - O estudo necessário para a construção do Hospital Regional do Litoral deve ser necessariamente concluído até o final do ano de 1995, de forma a propiciar o planejamento orçamentário necessário à construção do hospital para o ano de 1996.

Parágrafo Único - É fixado o ano de 1996 como data limite máxima para o início das obras da construção do Hospital Regional do Litoral.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A população do Litoral do Paraná, segundo os dados de 1991, é de 174.839 habitantes, sendo que 80,90% destes vivem nos

centros urbanos.

Nesta região, a mortalidade infantil é de 32,89% por mil, o que equivale ao patamar da Região Sul do Brasil de 1982, ou seja o de 13 anos atrás. Este dado mostra as deficiências do atendimento básico de saúde, que atualmente conta com apenas a Santa Casa de Misericórdia, atravessando no momento uma grave crise.

O projeto de lei que ora apresentamos expressa um antigo anseio de toda a população do Litoral do Paraná.

ANTEPROJETO DE LEI N° 082/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Amigos do Festival de Música de Londrina, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná - AAFML.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.95.

(a) ANTÔNIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A AAFML, pessoa jurídica de Direito Privado, é instituição de apoio ao Festival de Música de Londrina, evento que reúne anualmente mais de mil participantes, oriundos de todo o Brasil e de várias partes do mundo. Trata-se de um dos maiores eventos nessa área em todo o País e vale destacar que a Associação de Amigos do Festival de Música de Londrina não tem caráter lucrativo.

Não havendo expediente a ser lido, passa-se ao Pequeno Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Uso da tribuna, neste instante, para trazer a esta Casa e ao conhecimento dela o passamento de um dos grandes paranaenses especialmente do Norte do Paraná. Falo do Psiquiatra Héber Soares Vargas. Homem que dedicou a sua vida à causa pública, tendo sido professor na universidade e introdutor da disciplina de Medicina Legal, foi um dos grandes batalhadores na questão do problema do alcoolismo, entorpecentes. Fez parte do Conselho Estadual de Entorpecentes, fez parte do Conselho Municipal Londrinense de Entorpecentes. Fez um trabalho regional junto às escolas, junto aos jovens no sentido de levar até eles o mal que as drogas e o alcoolismo podem trazer às pessoas.

Registramos o seu passamento na data

de sábado e queremos encaminhar a esta Casa, para apreciação dos Srs. Deputados, um voto de pesar à família. Reconhecendo, desta forma, por parte desta Casa e do povo do Paraná o grande trabalho que desenvolveu em prol da família paranaense e da juventude paranaense. Muito obrigado, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nos últimos 4 anos, mais ou menos, eu tenho acompanhado a luta dos trabalhadores do setor de montagem das empresas que são contratadas para executar trabalhos na PETROBRÁS. São trabalhadores humildes oriundos de vários Estados - uma vez que essas montadoras percorrem as empresas, as indústrias do nosso país de Norte a Sul. Esses trabalhadores sempre fizeram algum movimento sempre reivindicaram seus direitos, às vezes, inclusive, por alguma reivindicação entraram em greve. Quarta-feira da semana passada esses trabalhadores decidiram lutar por seus direitos e começaram a fazer uma greve na PETROBRÁS, empresa essa que contrata as empreiteiras, ou seja, que contrata as montadoras.

Preventivamente, o setor patronal conseguiu junto à Justiça, uma liminar garantindo o direito de ir e vir daqueles trabalhadores e esse direito de ir e vir estava sendo assegurado, de acordo com a interpretação do Juiz e das autoridades do nosso Estado, por força policial da PM. E como disse anteriormente, durante 4 anos mais ou menos, eu acompanho todo o movimento daqueles trabalhadores e nesses 4 anos nunca tivemos força policial nas portas da PETROBRÁS aqui na Cidade de Araucária Região Metropolitana.

Hoje, pela manhã, seis e meia da manhã, estavam lá cerca de 50 homens da PM, alguns deles, armados inclusive com dois revólveres, cacetetes e cachorros. Esses eram os PMs que estavam de acordo com a Justiça - assegurando o direito de ir e vir. Só que esses soldados não estavam lá para assegurar esses direitos como presenciei, partiram para ação de agredir trabalhadores que estavam ali na porta da PETROBRÁS. Esses trabalhadores estavam discutindo a sua situação funcional e com Assembleia marcada para as 8 horas da manhã ali chegavam e alguns foram vítimas de espancamento por parte da Polícia Militar. Nos últimos quatro anos que aqui estive como Deputado em nenhum momento presenciei cena de violência em greve praticada pela Polícia Militar. Presenciei sim, mas praticada pela Guarda Municipal de Curitiba,

sob as ordens do Prefeito Rafael Greca. Mas em nenhum momento a Polícia Militar tinha sido usada para defender os direitos patronais, para defender as empresas, ou seja, não tinha sido usada como braço armado de setor empresarial da nossa capital. E a partir desta semana começou a exercer este tipo de tarefa.

Nós cobramos desta Tribuna que o Governo do Estado use a Polícia Militar para garantir a ordem pública e não para agredir trabalhadores como foi hoje pela manhã. E desejo que o meu protesto chegue ao Secretário de Segurança Pública do nosso Estado e ao Sr. Governador, uma vez que o encaminhamento da tropa está lá, foi por decisão do Sr. Governador, após ter consultado pelo Superintendente da PETROBRÁS de como se daria o cumprimento daquela liminar. O cumprimento da liminar nós entendemos que a Polícia Militar se fizer presente é para preservar a integridade física das pessoas que lá se encontram e não para que usem da força policial para espancar aqueles trabalhadores como aconteceu hoje pela manhã.

Assim aqui eu deixo os meus protestos.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Turek.

O SR. NELSON TUREK - Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto hoje do interior do Estado do Paraná, aonde já se tornou uma rotina: trabalhamos na segunda, na terça, na quarta, na quinta e retornamos ao interior do Estado para lá chegarmos junto às comunidades, aos representantes dos municípios da CONCAN, em audiências, em reuniões, e trago aqui hoje mais uma vez, com dor no coração, Srs. Deputados, o que nós podemos observar lá no interior do Estado. Nós estivemos numa reunião lá em Janiópolis, e participaram cerca de 100 pessoas e dessas 100 pessoas nós tínhamos 50 pessoas que eram pequenos produtores. Produtores que tiveram o seu financiamento do seu trator através do FINAME e realmente hoje nós vemos que eles não tem condições de saldar a sua dívida. E falando em pequeno agricultor quero falar em nome do pequeno agricultor que nós também tivemos lá no distrito de Mallet, do Município de Terra Boa. Em nome de Airton Cordeiro aonde, Srs. Deputados, fez o financiamento pelo FINAME no ano passado e a prestação ficava em 700 sacas de milho. Hoje o financiamento que vence dia 15.04, duas mil sacas de milho. Agora eu pergunto, Srs. Deputados, como é que o agricultor que tem 20 alqueires de terra, um agricultor que tem 30 alqueires de terra consegue pagar um financiamento do FINAME em duas mil sacas de milho, duas mil sacas de soja. Não existe

condições, não existe possibilidade nenhuma. Isto é um assalto à mão armada ao agricultor e realmente nós precisamos defendê-los com unhas e dentes porque realmente não pode ficar mais esta situação que nós temos hoje no interior do Estado. Estivemos nesta reunião e estivemos em Quinta do Sol, onde estivemos junto com o Deputado Federal, Odílio Balbinoti, e o qual já levou à Brasília essa reivindicação desses agricultores.

Deixo aqui hoje o meu descontentamento, o protesto em nome do agricultor, em nome daquele que produz, daquele que planta e com dificuldade hoje não tem mais condições de sobrevivência. Trinta alqueires de terra para pagar duas mil sacas de soja na prestação de um trator, Pessuti? Não tem condições, um trator hoje, nós estivemos verificando, custa vinte e nove mil reais, e a dívida dele até hoje já está em cinquenta e um mil e seiscentos reais, com mais 11% da taxa de juro, que dá cinquenta e sete mil reais. Não existe possibilidade, esse é um dinheiro sujo que está sendo emprestado ao agricultor, é um dinheiro que ao invés de ajudar está acabando com ele; e nós não podemos aceitar, devemos levantar esta bandeira realmente porque alguma coisa tem que ser feita. E falando em agricultura nós também mais uma vez, já que chega o Deputado Estadual lá do Município de Cianorte, o Edno Guimarães, grande companheiro, no qual nós estivemos juntos naquela cidade. Edno outro dia você fez a denúncia aqui nesta Casa de Leis a respeito das sacas de café que estão apodrecendo. Pergunto aos Srs. Deputados, neste País alguém está levando vantagem, quando está apodrecendo milho, está apodrecendo café, está apodrecendo feijão, ninguém é responsabilizado, alguém tem que ser responsabilizado, isso é crime contra a economia, contra a população. Num País onde nós temos dez milhões de habitantes que sofrem da dengue, num País aonde nós temos vinte e três milhões de pessoas que passam fome. E nós vemos e estamos assistindo isso aí faz tempo, faz tempo e as coisas continuam. Outro dia ainda some arroz do depósito do Governo. São coisas que não podem acontecer neste País. Será que a vida inteira nós vamos nos calar e ver o sofrimento da população? E aonde estão os Governos para que realmente tomem providência? Senhores Deputados, quero deixar bem claro e dizer: com esses depósitos de cereais que estão esparramados neste País afora, com apodrecimento de mercadorias vocês tenham certeza que alguém está levando vantagem. É prejuízo no bolso do agricultor, é prejuízo do comerciante, do industrial; mas tenho certeza que o dinheiro esta entrando no bolso de alguém deste País, porque não dá mais para

aceitar esses absurdos acontecendo num País tão rico igual esse País que se produz de tudo e nós vemos uma miséria tão grande. Era esse o desabafo que eu queria deixar registrado aqui hoje nesta Casa de Leis. E tenho certeza que todos os Srs. Deputados vão juntos brigar e lutar em nome do povo do Paraná, do nosso agricultor sofrido que não tem condições nem de sobrevivência muitas vezes para comprar um remédio para a sua família. Duas mil sacas de soja de um financiamento do FINAME de um trator. Isso é roubar o dinheiro do agricultor que não tem condições nem de manter o custeio da sua lavoura, que não tem condições de deixar em dia os seus equipamentos. Alguma coisa tem que ser feita, e tenho certeza que esta Casa de Leis, eu que cheguei aqui, os companheiros Deputados têm levantado a bandeira e a causa do agricultor. Tenho certeza que o Paraná elegeu os melhores Deputados para trabalhar por este Estado, por esta bandeira para o progresso deste País.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero também a exemplo do Deputado José Maria Ferreira, comunicar e manifestar os sentimentos de mais profundo pesar pelo falecimento de meu amigo, velho companheiro, médico, psiquiatra, pioneiro em Londrina Héber Soares Vargas. Fui aluno do Dr. Héber num curso, aliás o primeiro e o mais inédito curso de especialização e criminologia no País, promovido pela Universidade Estadual de Londrina sob sua liderança no ano de 1977. Antes ainda, durante a parte final do meu curso de Direito tive a oportunidade de ter sido seu aluno na Cadeira de Medicina Legal e Vitimologia na Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Londrina. E quando o governador Requião numa verdadeira demonstração de homenagem à Londrina me convidou para ser seu Secretário de Justiça e Cidadania, uma das primeiras pessoas que procurei para compor o Conselho Estadual de Entorpecentes foi nada menos nada mais do que o médico Héber Soares Vargas. Ele que aliás tinha sido o fundador do Conselho Municipal de Entorpecentes de Londrina, e também Fundador do Conselho Estadual de Entorpecentes do Paraná. Trabalhou durante anos e anos como membro do Conselho Estadual de Entorpecentes, um serviço voluntário, tendo sido seu primeiro presidente e por coincidência o seu último presidente.

Durante o período que me ajudou na Secretaria de Justiça o Dr. Héber promoveu



mais uma vez uma verdadeira revolução no Estado do Paraná no que diz respeito à campanha de prevenção às drogas no nosso Estado. Realizamos em conjunto dezenas de encontros municipais e regionais em todo Estado, preparou mais de dois mil professores como monitor nas escolas estaduais e municipais com a disciplina de educação e perigo em relação às drogas no nosso Estado. Sem dúvida alguma tem pessoas que passam pela vida e não marcam a sua passagem, mas tem outras que passam pela vida e deixam definitivamente a sua marca. E uma dessas pessoas é o médico Heber Soares Vargas. Vai fazer muita falta ao Paraná, sem dúvida, vai fazer muita falta à Londrina, sem dúvida. O Rotary Clube instituição que dirigiu como Governador durante longos anos é a grande testemunha do que estou a dizer. Portanto quero me somar ao que disse o colega José Maria Ferreira, ao que disse a outras pessoas durante o seu passamento ontem na Cidade de Londrina na Câmara Municipal. Realmente o Dr. Heber era além de amigo, além de um chefe de família exemplar um excelente profissional. Pioneiro na especialidade de psiquiatria no Norte do Paraná. É sem dúvida alguma uma dessas pessoas que vai nos fazer falta. E quero aqui me somar às manifestações de pesar pelo seu falecimento e pedir que a Casa registre essa nossa manifestação, esse nosso sentimento de pesar comunicando à sua esposa D.Cecília, aos seus filhos Júnior, Sandra e seu genro o Psiquiatra Luiz Nunes.

Quero também, Sr.Presidente, Srs. Deputados, comunicar que houve ontem na rodovia que liga Arapongas à Astorga um acidente trágico nas proximidades da Cidade de Sabáudia. Sou Deputado daquele Município, daquela região há quase 20 anos, estou entrando no quinto mandato representando aquela região, lamentavelmente no lugar onde houve aquele acidente outros acidentes já ocorreram com vítimas fatais. Providências já pedimos várias vezes ao DER. E nós compreendemos muitas vezes porque o Governo, já que fomos do Governo e conhecemos as dificuldades, que o Governo muitas vezes enfrenta para solucionar determinados problemas. Mas quero me somar nesta hora à dor do povo de Sabáudia já que a cidade perde cinco dos seus membros e mais de 30 estão feridos e alguns em estado grave nos hospitais de Arapongas e de Astorga. Quero reafirmar aqui o que nós já falamos por várias vezes com as autoridades do DER, reafirmar a necessidade de se corrigir aquele ponto negro que é exatamente o trecho que liga Arapongas à cidade de Sabáudia. Não é mais possível, numa rodovia como aquela com um movimento intenso como aquele, nós continuemos assistindo de quando em quando, acidentes trágicos e não

é apenas lá, em todas as cidades desse estado lamentavelmente, mais especificamente ali, como houve ontem este acidente e várias pessoas morreram, várias famílias ficaram e foram atingidas com a perda de membros queridos, pais, filhos, irmãos de suas famílias. Quero afirmar a necessidade do DER ser mais diligente, ser mais ágil na solução de problemas críticos como este no contorno de Sabáudia, na estrada que liga Arapongas e Astorga.

Com essas considerações quero agradecer a atenção que V.Exa. me concede neste momento, permitindo já praticamente, extra regimento, que eu fizesse uso da palavra e agradecer também a atenção dos nobres colegas Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Não há oradores inscritos no horário do Grande Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PPR

PP

PMDB .

Com a palavra o Senhor Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Senhores Deputados. Quais serão os novos caminhos que esse Paraná vai trilhar. Li, na última quinta-feira, estarecido, uma entrevista do senhor Rafael Dely, Secretário Especial de Política Habitacional, uma entrevista publicada num jornal da Capital. "O jornal do Estado" e me permito destacar aqui e peço a atenção dos Senhores Deputados para que ouçam não o que se ouviu dizer que se disse, mas o que está escrito nas palavras do Secretário de Política Habitacional.

Vou ler a pergunta do Jornal do Estado: "No setor de habitação urbana, a Cohapar pretende dar prosseguimento ao programa "Casa da Família" do governo Requião?"

DELY - O programa nasceu morto. Os prefeitos não querem mais saber porque não dispõem nem de terrenos nem de recursos para bancar um programa que politicamente só beneficiava o governador. O programa sobrecarregou demais as prefeituras. Fizeram uma casa paternalista com 52m2 por apenas 20% do salário mínimo. E isso gerou uma especulação no sistema. Ou seja, aquele cidadão que nunca teve condições sequer de construir um barraco, de repente via-se numa casa de alvenaria com 52m2 isto é, um tamanho que nem lhe dá condições de imprimir a sua personalidade. Esse mutuário vislumbrando a chance de "comercilizar" seu direito fica sem o imóvel porque ganha um dinheiro rápido e acaba voltando novamente para a "fila".

JE - Então qual é o ideal?

DELY - Casa popular tem que ter visão



social. Alguma coisa tem que ser subsidiada. Temos que dar o começo. Isso representa um módulo de pouco mais de 30 metros quadrados para dar chance do futuro morador dar o seu toque pessoal no imóvel e aumentá-lo de acordo com seu estilo e necessidade. Habitação envolve fixação, raiz, endereço...O que importa não é a metragem inicial. E se ele mesmo fizer as ampliações, dará mais valor e dificilmente o comercializará. Mesmo porque até ele concluir sua "Casa ideal" ele já se acostumou, criou raízes, se adequou à cultura do bairro...

JE - E qual será o "substituto" do Casa da Família?

DELY - Não será substituto porque não fomos nós que extinguimos o "Casa da Família". Como já disse o programa já nasceu morto. Implantaremos o programa de "Autoconstrução" nos mesmos moldes que já fizemos em Curitiba, exatamente para não estragarmos as prefeituras que estão sempre em dificuldades. Entraremos com o projeto arquitetônico, técnico do setor da construção civil, cesta de material de construção e infra-estrutura (água, galerias pluviais, energia elétrica, abertura de ruas).

JE - E qual será a contrapartida das prefeituras?

DELY - Entrarão com os terrenos e com a responsabilidade de cadastrar e selecionar os futuros mutuários. Estes arcarão com a mão-de-obra, mas devidamente assessorados pelo corpo técnico da Cohapar.

JE - Há uma certa semelhança com o "Casa da Família" que também utilizava através de mutirão mão-de-obra dos próprios mutuários.

DELY - A diferença entre mutirão e autoconstrução é que o futuro morador constrói sua própria casa. Ao passo que no mutirão ele trabalha no conjunto e só ficará sabendo qual será sua casa após um sorteio entre os integrantes. Por outro lado, existem as diferenças cruciais que são de filosofia, concepção de projetos que valorizam o espaço, o "habitat" do indivíduo. E é claro com a maioria dos recursos do Estado."

Eu pergunto: São esses os novos caminhos que o Paraná quer trilhar? Porque não é possível um Secretário de Estado dar uma entrevista dizendo que um Programa, com 500 unidades concluídas e em execução, gerou 48 mil 721 filhos, não é possível que nós possamos assistir de forma irresponsável e politiqueira o desfilar de Secretário de Estado do Governo atacando, politicamente, o governo anterior, única e exclusivamente para querer fazer com que os bons programas, os programas que tiveram aplauso da população. Muitos dos senhores aqui são ex-prefeitos, membros da Oposi-

ção, inclusive, que conhecem o trabalho Casa da Família que foi feito em parceria com as prefeituras.

Quero dizer que o Programa Casa da Família ele está vivo e se ele vier um dia a morrer será por morte matada. E o assassinato será cometido pelo Rafael Dely.

O Sr. Renato Adur - V.Exa. me concede um aparte?

Deputado Romanelli quero me solidarizar com V.Exa. e lamentar a entrevista infeliz do Secretário Dely. Acredito que o Secretário deva estar entusiasmado com novos programas dentro da Secretaria de Habitação e não deve ter dado o devido valor ao excelente trabalho desenvolvido por V.Exa. à frente daquela pasta.

Nós que somos do interior e atendemos aos pequenos municípios do interior do Paraná, sabemos perfeitamente avaliar o quanto 20 casinhas de 52 metros quadrados que acaba virando a grande Casa da Família no Estado do Paraná, é útil para esse cidadão que mora no interior e uma prestação de 20% do salário mínimo e que hoje dá, praticamente de 14 a 15 reais. É infimo pelo grande avanço social, pelo grande resgate dessa dívida social que se faz no Estado do Paraná.

Quero, inclusive, nesse momento, dizer que foi uma atitude infeliz do Secretário Dely. Esperamos que a Secretaria de Habitação faça melhor do que a Secretaria anterior fez. Mas não podemos dar ao direito de criticar um trabalho tão bem feito, tão bem elaborado com o grande esforço dos Prefeitos do Estado do Paraná. Há que se reconhecer o trabalho da parceria: Governo do Estado, Prefeitura Municipal e o próprio mutuário. Ainda hoje aonde nós vamos, Vi esses dias da Cidade de Santa Maria do Oeste, onde estão sendo construídas 50 casas da família, as famílias trabalhando, a Prefeitura se envolvendo, a alegria da família em saber que vai ter uma habitação de alvenaria da melhor qualidade, com um trabalho de primeiríssima e uma habitação que vai pagar menos de 20 reais por mês.

Então, não podemos admitir a atitude do Secretário. Queremos que ele faça melhor, mas não podemos admitir que se critique um trabalho tão bem feito por V.Exa. à frente daquela pasta.

O Sr. José Maria Ferreira (Aparte) - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, agradeço pelo aparte e quero parabenizá-lo pelas colocações e sobretudo faço hoje o trabalho que fez à frente da Secretaria. Um trabalho social, um trabalho de quem tinha consciência de que estava trabalhando justamente por aqueles que mais necessi-

tam.

É lastimável ouvirmos de um homem do Governo, espero que o Lerner não saiba, como não soube também do racionamento da água, do IPVA, e de outras atitudes que foram tomadas à revelia do Governo ou mesmo da abertura do Canal Extravasador do Iguaçu, início das obras, mas que ele tome uma atitude séria para corrigir os desvios deste Governo, porque se continuarmos desta forma nós vamos ver restabelecida a quadrilha daqueles que construíam casas populares no Paraná com 24 metros quadrados. Uns foram para a cadeia. Será que vamos ter outros candidatos? Porque é insensibilidade quando nós olharmos um cidadão que luta, que tenha família, que não tenha onde morar, e achar que uma casa de 52 metros quadrados é muito por que ele é pobre? É não ter vivido. E eu como Prefeito invoco aqui o testemunho do Edno Guimarães, Trevisan, Tureck, Toti Colaço, que foram Prefeitos e sabem da necessidade, sabem da importância que é ter a casa, e que é a segurança. Se tem desvio e se vende é só estabelecer uma boa fiscalização. O Governo está para isto. Ou será que ele não consegue fiscalizar? Para que as casas fiquem de posse de seus iniciais portadores.

Agora, o que não podemos admitir e que venha dizer que está fora da habitação, está fora do projeto arquitetônico. O cidadão não quer beleza, ele não quer maquiagem, ele não quer douração da pílula. Ele quer ter a casa, porque eu vi quanta alegria Romanelli, e você também viu, que esteve no meu município, quanta alegria foi entregar o Pedro Morelli, com todas aquelas famílias buscando o que seria a segurança do seu lar, o que seria a segurança da reestruturação da família.

Por isto, espero que o Lerner, nosso Governador, tenha a atitude imediata de solicitar ao seu Secretário que refaça esta visão porque é a visão que vai levar ao desespero a quem já não tem mais aonde se desesperar que é justamente o nosso trabalhador.

Parabéns pela sua colocação e não gostaria, com sinceridade, de te parabenizar por isto, porque nós não gostaríamos de ter uma reportagem como esta no Governo do Paraná, aonde se diz que vai na busca dos novos caminhos. O Governador Lerner não sabe disto, porque se souber ele precisa estancar esse desvio da conduta do seu Governo.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Agradeço, Deputado José Maria, o senhor que foi um extraordinário Prefeito, um grande construtor de casa pelo seu testemunho.

O Sr. Nelson Tureck - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Obrigado pelo aparte, Deputado Romanelli e quero dizer o seguinte: acho que deve ter um mal-entendido, interpretação errada, porque estive outro dia com o Secretário Rafael, e quando levei os problemas das administrações, dos Prefeitos, e se tinha um projeto para melhorar o projeto da Casa da Família, e quando o Secretário me passou esta informação, porque quando fui Prefeito os Deputados sabem que os Prefeitos passam muita dificuldade, você tem que comprar o terreno, colocar água, tem que colocar luz, você paga mão-de-obra, faz a galeria, faz o meio fio, tudo por conta da administração municipal. E o Governo através da Casa da Família repassava os recursos do Tesouro Nacional, e quem acabava realmente ganhando a fama era o Governo do Estado, não as Prefeituras. E o Projeto novo do Secretário Rafael Delly é ajudar as Prefeituras agora, é um Projeto melhorado, onde o Prefeito são vai dar o terreno, o Prefeito não vai mais colocar água, colocar energia, fazer galerias e pagar mão-de-obra, é essa alto construção que vai melhorar, porque nós vemos que o Projeto mutirão em determinadas cidades do interior do Estado do Paraná, nós temos projetos mutirões que já fazem dois, três anos que já começou a obra e não terminou hoje, por quê? Porque falta o dinheiro da contrapartida na Prefeitura Municipal, em situações difíceis Deputados. Então não vai acontecer mais isso, veja bem, é um Projeto melhorado praticamente 90% que é o Projeto da Cohapar e acima de tudo do nosso Governador Jaime Lerner, e uma obra em vez de demorar dois, três anos, ela poderá ser feita em quatro meses ou seis meses. Então deve ter algum programa mal interpretado porque realmente o programa é outra visão, é um programa melhorado, é um programa de agilização da obra onde o próprio mutuário terá o direito de contratar o pedreiro, isso aí tudo através do sistema de mutirão.

SR. CLÁUDIO ROMANELLI - Agradeço o aparte do Deputado Tureck, queria concluir dizendo o seguinte, Sr. Presidente, que a Casa da Família não é um programa meu, é um programa do Governo do Estado. Ele é na verdade a síntese de Projetos que foram sendo executados no Paraná nos últimos vinte anos. O Projeto Mutirão começou no Governo Richa de forma mais intensa se aprofundou no Governo Álvaro Dias, e nós conseguimos na parceria, na descentralização dos recursos, otimizá-lo no Governo Requião. A Casa da Família, é um conceito de construção de casa que na minha avalia-

ção marca o bom senso para a boa aplicação dos recursos públicos.

Quero só concluir, Sr. Presidente, dizer o seguinte, que esse programa foi concebido para produzir a melhor e a mais barata casa popular do País. O Programa tem dificuldades? Claro que tem, mas foi através do trabalho duro dos nossos Prefeitos, dos nossos mutirões que o programa foi um sucesso. Acho que se o Governo quer matar o programa Casa da Família ele tem que assumir, agora fiquem sabendo os Srs. Deputados, não da Oposição, mas os da Situação, que programa de auto construção para quem tem experiência, e aqui está o Prefeito Antônio Belinati, que depois de mim foi o maior construtor de casas do Paraná, quero dizer o seguinte, que quem construiu casa sabe muito bem que o programa de auto construção funciona para quem ganha acima de três salários mínimos e para as grandes cidades, não funciona para os médios e pequenos municípios e, para, claro, essa faixa da população que ganha abaixo dos três salários mínimos, por isso pergunto: São esses os novos caminhos do Paraná?

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - PT com a palavra. Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz a essa Tribuna pela primeira vez é uma preocupação com relação às reformas constitucionais que estão sendo enviadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Congresso Nacional. E alguns mal-entendidos deliberadamente veiculados pela imprensa televisiva e escrita através do Ministro da Previdência Sr. Reinold Stephanes. Sabemos todos o conteúdo da reforma previdenciária. O Ministro tem reiteradas vezes argumentado e vou me ater a um dos aspectos, argumentado sistematicamente de que nos países civilizados como França, Alemanha, Inglaterra, América do Norte, Canadá, há um teto limite para que os cidadãos possam se aposentar, isto é, 60 anos, 62, 65 anos e não poderíamos nós, no Brasil, um país de Terceiro Mundo, com as dificuldades de desenvolvimento encontradas na nossa Nação, garantirmos, no texto constitucional, a aposentadoria por tempo de serviço. Ora, o Ministro tenta iludir e tenta mascarar uma realidade ao afirmar esses argumentos. É preciso lembrar Reinold Stephanes que, diga-se de passagem, se aposentou aos 48 anos de idade, da Prefeitura Municipal de Curitiba, é preciso ressaltar a este Ministro que na França, na Alemanha, além do salário mínimo estar na ordem de 1.000 dólares, o direito à saúde, o direito à educação primária, o direito à educação secundária e o direito à educação superior é

garantida pelo Estado. Mais do que isso, é preciso lembrar o Ministro Reinold Stephanes que lá na Europa, o mesmo paradigma usado para atacar a aposentadoria, por tempo de serviço, do povo brasileiro, lá quando um trabalhador é dispensado de uma fábrica, é colocado na rua, no primeiro ano de desemprego o seguro-desemprego é da ordem de 80% dos seus vencimentos. No segundo ano de desemprego, Deputado Caíto, é na ordem de 60% dos seus vencimentos e no terceiro ano de desemprego, é na ordem de 50% dos seus vencimentos. O que quero ilustrar com esses exemplos, é que a argumentação para impor ao povo brasileiro a aposentadoria com limite de 60, 65 ou 62 anos uma violência contra a maioria do povo brasileiro, que é obrigado a constituir a renda da sua família, já aos 8, aos 7, aos 12 anos de idade. Eu me pergunto, Senhores Deputados, que nação é esta que nós queremos construir, fadando aos milhares de brasileiros o sacrifício de ter que trabalhar 50 anos da sua história de vida? Não, o Ministro Reinold Stephanes sabe disso que eu estou falando muito bem. Ele conhece essa história, ele conhece a realidade nacional, ele conhece a realidade internacional. Ele não precisa que nenhum Deputado ou que qualquer cidadão lhe ilustre e lhe evidencie as diferenças e os percalços porque passa o povo brasileiro. Sabe o que está por trás da reforma da previdência, a qual o Senhor Ministro Reinold Stephanes não tem coragem de vir a público debater, é a privatização do sistema, é a entrega da reforma, é a entrega da previdência aos capitalistas da segurança e da aposentadoria do povo brasileiro e venho dizer isto aqui e colocar esse debate na ordem em questão. Por quê? Porque estou assistindo os mesmos passos serem seguidos no Governo do Estado do Paraná. No Banco do Estado do Paraná, onde os funcionários públicos do Banco do Estado, através da direção do Banco do Estado, ciente da falência do sistema previdenciário, foi constituído há muitos anos o Fundo de Previdência dos Trabalhadores do Banco do Estado do Paraná dos trabalhadores do BANESTADO. Que por sinal, fundos esses que estão à mercê de corte da senha dos grandes interesses privatistas do nosso país. Não tenho nada contra que o Grupo Bamerindus constitua o seu fundo de previdência e capte recursos na iniciativa privada, não só para garantir aposentadoria e seguridade e mais assistência médica para seus associados e ainda recursos para forjar a poupança necessária para que o país tenha investimento. Não sou contra esse procedimento, mas não posso ficar de olhos fechados, Srs. Deputados, quando o Banco do Estado do Paraná e o Governo do Estado do Paraná ao romper no governo passado,

corretamente, o convênio draconiano que existia entre o governo do Estado do Paraná, através do Banco do Estado e o Grupo Bamerindus, na Constituição da Paraná Seguros.

A Paraná Seguros lesou os cofres do Banco do Estado do Paraná, segundo cálculos, em 15 anos perto de mais de 200 milhões de dólares. Os recursos de segunda, de terceira, de quarta linha ficaram para o Banco do Estado do Paraná. E os seguros de alta lucratividade - ficaram com o Grupo Bamerindus, hoje um dos principais grupos seguradores do nosso país. Pois bem, diante desse quadro de irregularidades profundas entre os interesses públicos do nosso Estado e um grupo privado, como o Grupo Bamerindus, no governo passado foi rompido o convênio da Seguradora Paraná Seguros e o Banco do Estado e o Grupo Bamerindus. Os funcionários do Banco do Estado, porque o Banco do Estado impedido por preceito constitucional que não pode criar uma agência de seguros, os funcionários do BANESTADO, criaram corretamente através da sua fundação uma holding para constituir uma seguradora. Seguradora esta que tinha o seguinte objetivo: ramo de seguros em nosso país. É um ramo altamente promissor, significa 0,5 do PIB nacional, enquanto que nos países desenvolvidos chega a 18, 19 e 22% do PIB. Ramo de seguros que em nosso país está engatinhando.

Corretamente a Fundação do Banco do Estado criou a Gralha Azul, uma corretora, uma seguradora que no ano passado deu uma produtividade de 110 milhões de reais. Srs. Deputados, hoje é com espanto que eu assisto na última sexta-feira veiculado nos jornais, o Tribunal de Contas através de um Parecer do Eminentíssimo Conselheiro Rafael Iatauro proibindo à Corretora de Seguros do Banco do Estado do Paraná, de utilizar o nome BANESTADO e mais do que isso, de utilizar a rede do Banco do Estado para agenciar os seguros para a sua seguradora. A decisão se mantida do Tribunal de Contas, Srs. Deputados, inviabiliza, destrói, coloca no chão uma iniciativa dos funcionários do Banco do Estado do Paraná para entrar no mercado de seguros, para alavancar a possibilidade do Fundo de Previdência da sua instituição. Quero dizer uma coisa: foi a própria diretoria do Banco do Estado, que em 1975 impossibilitada do ponto de vista da Constituição Federal, de criar uma corretora, foi a mesma que solicitou ao Fundo de Previdência a Constituição da Corretora.

Ora, o Fundo de Previdência do Banco do Estado é mantido pelo próprio Banco. E a seguradora, por sua vez, mantida pelo Banco. Estou vendo, Srs. Deputados, uma grande armação, uma armação que, no final das contas, vai atender não só o grupo

Bamerindus mas a mais dois grupos seguradores hoje prestes já a entrarem no mercado de seguros do nosso Estado: Grupo de Seguradores do Estado do Paraná que estão de olho na possibilidade de abocanhar uma parcela de seguros hoje como a Gralha Azul.

Por isso, peço ao Sr. Presidente, peço ao Presidente da CCJ desta Casa de Leis que solicite o Parecer do Tribunal de Contas, solicite toda a documentação para que a discussão sobre a Corretora de Seguros, sobre o Fundo de Previdência do Banco do Estado do Paraná e sobre a seguradora Gralha Azul venham a ser debate nesta Casa de Leis. Nós não podemos admitir que os interesses privados que outrora macularam o Estado do Paraná, venham de novo a açambarcar a riqueza do conjunto do povo do Estado do Paraná.

Era isto, Sr. Presidente. Era isto, Srs. Deputados. Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que vai falar em nome do PTB, esta Presidência quer anunciar a pedido do Deputado Edno Guimarães a presença da Vereadora Santina; Presidente da Câmara de Cianorte, Jorge; e de doze Secretários Municipais de Cianorte e região.

Também esta Presidência quer anunciar a presença do Vereador Leocádio, de Tuneiras do Oeste e a vice-Prefeita de Tuneiras do Oeste, Sra. Tereza.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, em nome do PTB.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná perdeu ontem um professor. Um professor que no meu primeiro mandato vinha a esta Casa pedir pelo amor de Deus por várias vezes no meu programa de televisão, que o Governador Álvaro Dias aproveitasse o que esse homem representava no combate ao alcoolismo e no combate a violência da toxicomania no Estado do Paraná. Lamentavelmente não fui ouvido. Fiz mais no segundo mandato, mais um apelo ao Governador Roberto Requião que trouxesse ao Palácio Iguaçu esse professor, autoridade maior, me permitam, eu considero a maior autoridade na história de combate a toxicomania. Toxicomania é o traficante que pega o seu filho e joga no submundo do crime, pega a sua filha e leva para os motéis da vida para vender o corpo. Tudo em troca de que? O jovem vai buscar o toca fita no carro, torna-se um delinqüente. A menina moça vai aos motéis da vida vender o corpo para comprar afetaminas, maconha, heroína, o craque ou a cocaína ou qualquer derivado tóxico.

Participei junto com o Deputado José Tavares de todos os congressos em que esse homem estava presente. Recebi diploma de todos os congressos aonde eu estive presente, em São Paulo, no Rio, aqui no Paraná, em Santa Catarina. Debatí nesses Congressos, aprendi porque eu havia passado por isto. E a minha vida é um livro aberto, eu não devo nada a ninguém, a minha cara é limpa e eu não preciso lavar a cara e tirar a máscara. Já tive problemas com os meus filhos. Hoje eles estão bem. Um me deu dois netos. A menina vai me dar mais um neto agora. Todos maravilhosos. Quem não os tem. Mas graças a este homem que partiu ontem para uma outra galáxia e deve estar agora numa escola espiritual cheia de entidades maravilhosas cuidando dele num leito hospitalar espiritual para que ele possa lá, nesta Galáxia, continuar se preocupando com a mãe negra, com a mãe branca, que chora lágrimas de sangue quando vê seu filho tomando a picada da morte, quando vê sua filha rasgando o ventre com a cocaina da morte, quando vê o filho chegar seis horas da manhã sujo, rasgado, violentado, com os olhos vermelhos da maconha, do craque, da heroína. Eu passei por isso, quantas noites eu chorei, quantas noites eu fiquei sem dormir. Eu pegava ódio do telefone. O telefone pulava, eu entrava em pânico, pensava, será que meu filho está morto, será que a minha filha morreu. O Telefone tocava, eu pegava, não era, aí eu dormia, o telefone tocava, oh ódio que eu tinha daquele telefone. Mas ódio eu tinha dos assassinos, dos canalhas que tem Curitiba, em Londrina, em Cascavel, que tem em Maringá, dentro das universidades, dentro das escolas, os aviões que vão lá pegar o seu filho pelas mãos. No começo eles oferecem de graça, dão de graça, experimente, aí ele cheira, ele fuma, e depois ele não tem mais o dinheiro aí o que ele faz: ele entra dentro de casa na calada da noite, rouba o relógio, rouba o rádio, mexe na bolsa da mamãe, pega os reais que estão ali, dorme, liga o som em alto volume, desesperado, apavorado, e compra o colírio para pingar nos olhos porque não quer que ninguém saiba. Aí ele sai no outro dia e leva o dinheirinho que roubou de dentro de casa para comprar do canalha, o assassino. Por isso que vou a favor da pena de morte para esses canalhas que são um cancro, cacro da sociedade, que pegam seu filho e jogam na zona do merteúcio, pegam a sua filha destroem ela na cama de um motel, transformam o seu filho num marginal que vai roubar um toca fitas que vai roubar, até assaltar um banco, roubar uma moto, um carro, para dar a sua vida para o traficante de drogas.

E ontem o Paraná perdeu o Dr. Héber Soares Vargas, que o Prefeito Antônio Be-

linati tanto admirava, que o Deputado José Tavares tanto admirava, ele que criou, Deputado José Tavares, o meu Projeto Hospital da Vida. É o meu sonho Deputado, é que o Governo desaproprie uma área de terra no Paraná e coloque o Hospital da Vida com psicólogos, assistentes sociais, evangélicos, padres, área de recreação orientada, tirar a professora de educação física que sai das universidades e está vendendo cachorro quente porque ser professora neste País é uma vergonha, é um descalabro, é uma sacanagem.

O Hospital da Vida que no primeiro mandato trouxe ao Plenário disseram, você sonha com um País de primeiro mundo. O Hospital da Vida é para salvar o filho da elite dominante, é para salvar aquele da classe média alta e aquele da classe média baixa, porque o traficante não escolhe a cor, não escolhe o credo e não escolhe a raça.

Quero deixar registrado e vou trazer ao Plenário em nome das mães brasileiras do meu Estado, em nome dos pais do Estado do Paraná, requerimento meu, do Deputado José Tavares, prestando aqui uma singela homenagem ao Dr. Héber Soares Vargas, a maior capacidade, a maior cabeça que o Paraná, que Londrina, minha Londrina, a terra vermelha abençoada por Deus, que colocou a terra vermelha nos pés de Héber para que ele levasse de Londrina a todos o Brasil, a sua capacidade. Tirava de dentro da sua alma um pouquinho de sabedoria às mães, aos pais que derramavam lágrimas de sangue, porque estavam perdendo a sua filha na prostituição mercantilista, por causa da cocaina, e perdendo o filho na prostituição da marginalidade, porque estava se tornando um bandido por causa da cocaina.

Falo com a cabeça erguida. Gosto de ser Deputado, me orgulho de ser Deputado, me orgulho de ser Deputado, me orgulho de ver esse Parlamento, que não é igual à Legislatura passada, todos os dias o Plenário está cheio, todos os dias estamos debatendo, todos os dias estamos trazendo os nossos ideais, todos os dias estamos comungando a mesma maneira de querer, de aprender, de debater e quero deixar aqui neste meu debate, o debate do Alborghetti para com o Alborghetti, de deixar registrada a minha homenagem, em meu nome, em nome de Vossa Excelência, ilustre Deputado José Tavares que marcou o seu nome como o Secretário da Cidadania e da Justiça no meu Estado, em nome do Deputado Antônio Belinati, que também, me permita, Deputado José Tavares, também é da nossa cidade, é londrinense, foi prefeito duas vezes e aqui está como Parlamentar e em nome de todos, do Deputado José Maria Ferreira, que é da nossa querida Ibiporã, o conhece

muito bem.

Quem é Héber Soares Vargas. Em nome de todos, deixo aqui uma homenagem, a cabeça, as idéias, aquele que me trouxe o projeto mais lindo da minha vida e que pedi ao Governador Jaime Lerner: faz, construa. Saí do Palácio agora. Numa outra oportunidade vou debater aqui o que debati com o Governador e tenho certeza que o Hospital da Vida será construído no Paraná e tenho fé em Cristo, porque sem ele não sou nada, que esse hospital irá se chamar Hospital Héber Soares Vargas. A vida pelos filhos do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Eduardo Trevisan.

O Sr. Eduardo Trevisan - Quero me somar à homenagem que Vossa Excelência e o Deputado José Tavares está fazendo ao professor Héber Soares Vargas.

Quero dar um testemunho pessoal. Fui seu aluno na Faculdade de Direito e a partir daí nos tornamos amigos pessoais. Fui prefeito e ele me prestou uma assessoria informal. Em Cornélio, no meu período, fizemos uma série de Simpósios e eventos até de nível internacional, sempre com a organização, participação e assessoria do professor Héber, reconhecido internacionalmente como um dos mais capazes homens que alertaram o mundo dos males que o álcool e as drogas causam ao ser humano.

A homenagem é extremamente válida. A notícia do passamento do professor Héber foi uma das mais tristes ocorrências em todo o Estado do Paraná e até mesmo no Brasil e me somo, de pleno, à homenagem que Vossa Excelência presta a esse grande londrinense que orgulha a todos nós.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Ao encerrar, Senhor Presidente, gostaria de ver aprovado.

É um simples papel. Às vezes, você recebe no seu residencial, more você no palácio do rico ou na cabana do pobre, o papel tem o mesmo significado, mas quando o papel vem para homenagear alguém que deu de si antes de pensar em si, realmente esse papel deve ser guardado hoje, amanhã e sempre.

Porque é com um simples pedaço de papel que colocamos, através de uma máquina seja ela manual ou elétrica aquela justificativa que o Deputado José Tavares escreveu aqui, que só digo o seguinte: A luta de Dr. Héber Soares Vargas vence gerações, fronteiras e tirou milhares de jovens do caminho destrutivo do álcool e das drogas, um deles foi o meu filho. Estou feliz, sou um pai feliz porque aprendi muito com o meu filho e aprendi muito com o Dr. Héber Soares Vargas. Sou um pai feliz! E oxalá, quando eu partir daqui para

uma outra galáxia gostaria de encontrar lá o professor Héber Soares Vargas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A pedido do Deputado Romanelli queremos anunciar a presença nesta Casa de Pedro Cláudio de Oliveira - Presidente do PMDB de Jussara. A pedido do Deputado José Maria Ferreira queremos anunciar a presença nesta Casa do empresário londrinense Manuel Lopes.

No Horário do PDT concedo a palavra ao Deputado Antônio Belinati.

Antes, porém, comunicamos a visita oficial e esta Assembléia de Sua Excelência o Senhor Mário Galofre Cano, Embaixador da Colômbia no Brasil. (Aplausos)

A Mesa suspende a sessão por alguns instantes para os cumprimentos ao visitante.

(Suspensa a sessão)

Está reaberta a sessão. Continua com a palavra o Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o assunto que nos traz à tribuna é uma matéria estampada na imprensa no dia de hoje, inclusive com pronunciamento do Deputado Paulo Bernardes, mostrando uma verdadeira aberração, verdadeiro desrespeito do Poder Centralizador de Brasília em relação ao 9,5 milhões de paranaenses.

Estava vendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e esta Casa não pode ficar omissa. Não podemos ficar de braços cruzados quando vemos no Orçamento da União a verdadeira miséria, quase esmola, que colocaram no Orçamento destinado ao Paraná. Estávamos observando, Senhor Presidente, o nosso Estado foi aquinhado com apenas 997 milhões no Orçamento. Este total parece muito, mas é o total para custeio, para pagamento de pessoal e para investimento. Na área de investimento, passem, Senhores Deputados, acho que todo Parlamentar que ama o nosso Estado deve a partir de agora encarar como uma luta sua, como uma luta de todos nós, acima de siglas e de paixões, devemos nesta hora vestir uma única camisa que é a camisa do Paraná.

Vejam bem, no Orçamento para 1995 o Paraná foi aquinhado com a irrisória quantia de 116 milhões para investimento nos 371 municípios. Se os Senhores dividirem, per capita, 371 municípios por esta miséria que colocaram no Orçamento do Paraná, 116 milhões, não é preciso dizer que não haverá obras, que a construção civil continuará tomada por este surto do desemprego e é bom lembrar, Senhores Deputados, que uma obra pública, além de melhorar a qualidade de vida do nosso povo ela gera



empregos e considerando que uma boa parcela dos nossos irmãos estão partindo do Paraná para o Paraguai, para a Bolívia, para o Rio Grande, para Santa Catarina, para Mato Grosso, para Rondônia, para o Japão, para os Estados Unidos, porque o emprego aqui está escasso, é hora mais do que nunca de exigirmos o direito tão somente o direito do Paraná.

Vejam o que está no Orçamento: Paraná, para investimento com uma população maior do que Pernambuco, 2,83% para investimento. Pernambuco, população menor. Paraná que recolhe quase o dobro dos impostos em relação a Pernambuco. Pernambuco vai ter 7,7% no Orçamento da União e o Paraná apenas 2,83 para investimento. A Bahia do Senhor Antonio Carlos Magalhães, o Ceará, do Senhor Tasso Jereisati, homens que estão mandando no Brasil e que dominam o Governo de Fernando Henrique Cardoso, a Bahia e o Ceará vão receber 2,5% a mais do que cada centavo que o Governo aplicar aqui. E o que é pior, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a notícia é de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso ainda mandou dar uma podada nessa miséria que foi colocada para nós aqui no Paraná.

Então, na verdade, quando nós nos importamos...

O Sr. Sérgio Spada - Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Estou ouvindo com atenção o seu pronunciamento, nobre Deputado Antônio Belinati, e faço aqui um relato do que convivi, do que vi durante praticamente os oito anos que fiquei no Congresso Nacional.

Lamentavelmente, e o Paraná é um Estado que tem sido preterido nos governos federais que sucederam, muito por falta de entrosamento da bancada como um todo, na Câmara dos Deputados como também no Senado, falta de entendimento das lideranças maiores. Eu próprio, quando Deputado, e o ex-Governador estava no cargo aqui no Estado do Paraná, o convidei para reunir a Bancada do Paraná, e teve uma importância muito grande naquele momento, pena que foi muito curto, e a partir daí não houve mais entrosamento. Isso tem trazido prejuízos enormes para o Estado do Paraná, porque o Paraná é um Estado que produz muito, contribui muito para a formação do PIB nacional, mas em contrapartida não recebe o que precisa e o que tem direito. Atribuo isso, nobre Deputado Antônio Belinati, a falta de coordenação política das lideranças do Estado do Paraná, em Brasília.

Seria oportuno que o Governador do Estado, os nossos Senadores tomassem a iniciativa, chamassem as bancadas federais, bancadas estaduais e o Paraná fizessem o seu lobby, no bom sentido, para reivindicar

aquilo que tem direito, não pedir nada mais do que aquilo que temos direito.

Eu ficava chateado, nobre Deputado Antônio Belinati, quando chegava num Ministério e sabiam que era Deputado do Paraná e de pronto vinha a informação, não raro de um nordestino que estava ocupando um posto importante no Governo, que o Paraná não precisava do Governo Federal, porque é um Estado rico, é um Estado ajustado, sem déficit. Então, não precisa nada no Paraná.

Este era o discurso que víamos permanentemente em Brasília. Está errado esse tipo de coisa. Prestei atenção nos números que Vossa Excelência trouxe para conhecimento do Plenário, realmente é isso, mas pior que isso, Deputado Antônio Belinati, pela própria Constituição de 1988, 3% do Orçamento Geral da União do Brasil, que somam quase 400 bilhões de dólares, são destinados aos fundos de desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro Oeste, e o Paraná não tem esse recurso, além disso, o que eles levam nos orçamentos anuais, fazem uma diferença enorme entre o que é investido no Norte, Nordeste, Centro Oeste e o que é investido no Sul.

Parabéns pela tese paranista que Vossa Excelência levanta hoje nesse Plenário.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Muito obrigado, Deputado Sérgio Spada, digno e valioso Líder da Bancada do PP.

Concedo aparte ao ilustre Deputado Eduardo Trevisan.

O Sr. Eduardo Trevisan - Muito obrigado Deputado Belinati pelo aparte.

O tema realmente é preocupante. A gente vem assistindo, como relatou o Deputado Sérgio Spada, ano após ano, esse comportamento do Governo Federal em distribuir as suas verbas sem critérios técnicos da necessidade e da importância, mas sim pelos critérios políticos, e sempre cometendo injustiças, sempre repartindo o bolo de tal forma que as necessidades, as prioridades acabam não sendo atendidas, e o que preocupa mais é que somado a esse fato, estamos assistindo uma discussão a respeito da revisão constitucional, de que precisa ser feita uma reforma tributária, para que nela seja repassado aos municípios não mais recursos, mas sim responsabilidades, encargos, compromissos, porque eles alegam que na reforma constitucional de 88 já foi dado aos municípios a necessária estrutura tributária para ele arcar com essas responsabilidades.

E tendo sido Prefeito, já penso o contrário. Os municípios estão ainda sofrendo muito. Acho que um dos remédios para evitar essa situação, em primeiro lugar é a correção das distorções na representação

no Congresso Nacional dos Estados. Os Estados do Sul são menos representativos pelo pequeno número de representantes. Aqui, precisa somar 30 mil eleitores para eleger um Deputado, sendo que lá se elege com oito, cinco mil votos, esse é um dos males.

A outra medida para se solucionar esse problema da distribuição política e não técnica dos recursos federais é incrementar ainda mais a distribuição do bolo federal no sentido de fortalecer as unidades locais de poder, para que cada vez mais, como é nos países desenvolvidos, as Prefeituras, os Governos de Estado, dependam cada vez do poder central. Aí evita-se a política do pires na mão, do clientelismo, do fisiologismo, do toma lá dá cá, e cada unidade, cada município vive por si só, consegue honrar com suas responsabilidades e com as demandas sociais sem depender do poder central. Esse é um caminho que temos que nos preocupar.

Infelizmente depende de nós. O processo de revisão é de competência do Congresso Nacional, mas cabe a nós a pressão de cada um dos representantes que estão lá, do partido ao qual pertencemos, para que tenham uma atuação vigilante em defesa do municipalismo, fortalecimento do poder local.

Obrigado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Obrigado, Deputado Trevisan, digno Prefeito de Cornélio Procopio, hoje com assento nesta Casa. Concedo aparte ao Deputado representante de Guarapuava, Deputado Cezar Silvestri, Líder do PSDB.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Belinati, quero somar-me ao seu pronunciamento, mas quero discordar de algumas questões que foram levantadas pelo Deputado Trevisan.

Acredito que o grande problema que está ocorrendo no Governo Federal não é por falta de critério técnico. Acho que o excesso de participação política, da Comissão de Orçamento. Todos concordamos com o problema que ocorreu com a Comissão de Orçamento. O grande problema, na verdade, é a questão da representatividade: no caso específico de São Paulo, que se não me engano, elege no máximo, 70 Deputados Federais, com uma população de 25 milhões de habitantes, enquanto vemos Estados com 5,6 milhões de habitantes elegendo 30, 40 Deputados Federais. Esse é o grande problema. Na verdade, o grande problema é o excesso de participação política na Comissão de Orçamento.

Acho que temos que dar um voto de crédito ao Governo Federal, dando total apoio para que as decisões na Comissão de Orçamento sejam realmente técnicas, para que

haja uma distribuição equitativa dos recursos para todos os Estados. Acho que é esse o empenho que devemos ter junto com a Bancada Federal. Acho que há necessidade de participação efetiva do Governador Jaime Lerner, porque o que o Deputado Spada estava falando, é pura verdade. O excesso de propaganda que vem ocorrendo nos últimos governos do Estado do Paraná, como: "O Brasil que está dando certo", "O Paraná não tem problemas".

Então, quem decide, e sabemos disso, quem realmente decide as coisas a nível de Governo Federal, são pessoas do segundo escalão, na grande maioria nordestinos, que dizem que o Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina são o oásis do Brasil e que aqui não há problema nenhum.

Acho que temos que colocar a verdadeira realidade dos Estados do Sul, ao segundo escalão, ao Presidente da República, enfim, a todos os que dirigem o nosso país.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Obrigado Deputado Líder do PSDB, Cezar Silvestri.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, concluindo o alerta feito pelo Deputado Paulo Bernardi, Senhor Presidente, é o alerta que deve motivar o Governador Jaime Lerner, nossos Senadores, nossa representação na Câmara dos Deputados e nesta Assembléia.

Temos que nos despertar. Até quando vamos ficar em silêncio, vendo o dinheiro que é do Paraná, sendo carregado para a Bahia, para Pernambuco, para o Ceará, para Estados nordestinos, onde a população é menor do que a nossa, onde recolhem menos impostos para o Governo Federal do que o Paraná, e gostaria de clarear bem no sentido da nossa preocupação, no momento em que o dinheiro que é do Paraná é desviado para o norte e para o nordeste, é menos dinheiro para se fazer aqui no nosso Estado, a escola que está faltando, o hospital que está faltando, a rodovia que está esburacada e que precisa ser conservada, a moradia para o povo, as obras públicas de caráter social, as instituições de caridade que estão aí, a reclamar o dinheiro que não vem de Brasília.

Portanto, o problema é sério, é grave e merece o despertar, a partir desta Assembléia Legislativa, onde o povo paranaense está representado, porque o prejuízo que o Paraná está sofrendo não é o prejuízo de um Deputado ou de um Governador, é o prejuízo de todos nós paranaenses.

Portanto, Senhor Presidente, é o alerta que faríamos no sentido de que o Governo de Fernando Henrique Cardoso, o Congresso Nacional pelos seus Deputados e pelos seus Senadores, deixem de usar critérios injustos e deixem de discriminar o



nosso Paraná como vêm fazendo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Com a palavra no Horário do PFL o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Conhecemos a combatividade e a eloquência do Deputado Vanhoni que vem da Câmara Municipal onde marcou a sua passagem com inteligência, capacidade e faz-se presente aqui como o fez lá na Câmara Municipal. Mas não podia deixar em brancas nuvens as acusações de S. Exa. Vanhoni ao atual Ministro Reinold Stephanes, não até por apenas ser do meu partido, PFL, mas porque acho, agora, um pouco até injustas as acusações que fazem e que faz ao Ministro que se propõe, por determinação do governo a quem pertence, ajuda e auxilia, apresentar um Projeto que pretende mudar alguns aspectos da previdência e, particularmente, no caso das aposentadorias. Ora, apenas o Projeto é encaminhado do Governo ao Congresso Nacional para que o Congresso analise, estude, aprecie e vote. Não é uma coisa feita e acabada.

Agora, meu prezado e jovem Deputado Vanhoni, será que vamos continuar aposentando brasileiros com 40 anos de idade até quando? E até não é muito surpresa que se fale em aposentadoria por idade, porque a nossa Constituição até há pouco, até 88 dizia que os trabalhadores rurais somente se aposentavam aos 65 anos de idade, recebendo pela sua aposentadoria 50% do salário mínimo. Após a Constituição vigente de 88, passou o trabalhador rural a aposentar-se aos 60 anos, recebendo, por ela, um salário mínimo.

Não podemos permitir que apenas o trabalhador rural e a mulher do campo e alguns outros segmentos importantes se aposentem após os 60 anos. E outros brasileiros outros segmentos, de outras atividades econômicas no Brasil se aposentem aos 40, 38, 39 anos de idade. É inconcebível!

Também, Senhor Presidente, sabemos o quanto é importante para o Paraná o BAMERINDUS. O BAMERINDUS é orgulho para todos nós paranaenses. É claro que discordamos dos juros que o Brasil paga principalmente agora, à rede bancária. Porque enquanto se projeta uma inflação de 2.5, 2.6 os juros que se paga à rede bancária são da ordem de 10 a 14%. Juros reais. Não há país que possa sobreviver nesta situação e neste quadro atual. Mas agredir o BAMERINDUS porque tinha um contrato anterior em governos anteriores com o BANESTADO, não procede! Porque quando se fala em BAMERINDUS a intenção é agredir Zé Eduardo.

Esteve aqui, nesses instantes, o illustre Deputado Balinati, ex-Deputado Federal, duas vezes Prefeito de Londrina, e veio dizer o que aqui o Deputado? Que o Paraná está mal em Brasília. Não sei se é por culpa da nossa representação, porque se o Paraná está mal no orçamento, alguém foi o culpado. Mas, também, sabemos que quando o Sul senta à mesa é um número inferior ao do Norte, do Nordeste, em número de Estados e em função até de nossa legislação eleitoral. E não podemos, graciosamente, virmos aqui agredir o BAMERINDUS, cujo contrato o governo anterior alterou, para querer alcançar Zé Eduardo, que pelo menos, Deputado Belinati, se a nossa Bancada, em relação ao Norte e Nordeste não é numerosa e nem tão grande, não é necessária numerosamente, temos ainda, além de Reinold Stephanes, outras posições do Paraná, em Brasília, mas destaca-se, felizmente, a presença do Zé Eduardo, em Brasília, Ministro da Agricultura. Há algumas falhas no Ministério, claro.

Ele tem atendido as reivindicações da agricultura e da pecuária nacional? Não, ele não é o governo sozinho. Ele é o Ministro da Agricultura, paranaense. Presidente de um dos maiores conglomerados do Brasil: BAMERINDUS, que nos orgulha a todos. E precisamos do Zé Eduardo lá em Brasília, ao lado do Presidente, a quem muito ajudou na campanha. O Presidente da República tem compromissos com o Paraná, mas também tem muitos compromissos com os nossos companheiros, que o ajudaram, que trabalharam em sua campanha, sob a liderança do Zé Eduardo, que graças a Deus o temos em Brasília.

Por isso, meu prezado e jovem Deputado Vanhoni, que conheço ao longo do tempo, embora tenhamos falado muito pouco, sou amigo do seu pai, conhecido de seus irmãos, esta tribuna se honra com a presença deste combativo jovem; mas não podemos, e por isto estou aqui, para dizer que discordamos, eu particularmente, do que se afirmou com relação ao Ministro, nosso amigo Deputado Reinold Stephanes e contra, também, as agressões contra o BAMERINDUS, e muito especialmente ao Zé Eduardo, que me faz neste momento lembrar da figura de Ney Braga, quando faltava ao Paraná uma voz no Congresso, no Senado, onde quer que fosse, havia Ney Braga, silencioso, através às vezes do telefone, junto ao Presidente da República, ou autoridades de primeiro escalão, a advogar para o Paraná, principalmente no Governo Canet, onde se realizou a maior obra no Paraná. Jamais outra administração realizou o que fez Canet. Mas, teve ao seu lado, durante todo o período de Governo o Ney Braga. E espero que o Paraná tenha em Brasília, a ajudar Jaime Lerner e ao Paraná, Zé Eduardo!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weivo Beraldin) - Com a palavra, a Liderança do Governo, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ouvimos atentamente alguns pronunciamentos colocados nesta tarde, nesta Sessão Legislativa.

Evidentemente que dá-se a impressão de que o Governo Jaime Lerner está governando este Estado há mais de quatro ou oito anos.

É necessário se estabelecer, aqui, uma situação. O Governo Jaime Lerner, em menos de três meses, já fez, talvez, mais do que o último governante fez nos seus quatro anos. Primeiro que mudou-se a filosofia, a maneira, a forma de governar o Estado. Quer queiram ou não alguns, este Estado começa a ir por novos caminhos, caminhos da seriedade, caminhos da competência, caminhos do respeito, caminhos que vão levar o Paraná, o povo do Paraná a uma melhor condição de vida. Claro que não se pode agradar a todos, claro que não se pode por exemplo admitir que de repente a Polícia Militar vá ao ato aonde se realiza um protesto e evidentemente parta para a pesada. Mas é bom sempre entender de que a Polícia Militar foi no intuito de colocar a ordem na casa, que ela foi atendendo uma solicitação do Juiz, Dr. Darcy Gonçalves Dertapeli, Juiz que tinha um mandato, que tinha determinado que a Polícia Militar cumprisse o seu papel. E a Polícia foi, como na semana passada, e lembra o Deputado Rosinha, o Vereador Stika, lembram os dois de que a Polícia Militar foi lá dar proteção ao pessoal da própria empresa e aos funcionários que desejavam permanecer do lado de fora. E foi lá a Polícia Militar hoje para quê? Mais uma vez para pôr ordem na casa, não foi deliberadamente para agredir, para espancar e para atingir funcionários. Não é esse o papel da Polícia Militar, não é esta a filosofia do Governador Jaime Lerner e do Secretário da Segurança Pública. A época de espancar professores, a época de se amedrontar servidor público já passou, não é essa a nossa filosofia.

E deixo também claro aqui que no contato que fiz há pouco com o comandante da Polícia Militar, disse ele de que a Polícia fez apenas o que era possível fazer, manter a tranquilidade, a ordem, permitindo até, e isso foi o mais importante, que os trabalhadores que desejassem entrar para o pátio da empresa pudessem entrar com tranquilidade, sem ser molestados pelos piqueteiros. Agora, todos sabemos, Deputado Rosinha, e já enfrentamos quantas e

quantas greves, quantos e quantos protestos juntos, sempre alguém tumultua, sempre alguém que às vezes até não tem nada a ver com o processo é o primeiro a atirar uma pedra e aí fica difícil segurar. De sorte de que, deixo bem claro, não é da filosofia do Governador Jaime Lerner uma ação violenta por parte da Polícia Militar; e sim o respeito a todos aqueles que têm direito a um protesto, aqueles que têm direito a reivindicar melhores condições de trabalho. E além do mais, quero dizer que o Governador Jaime Lerner não vai admitir novamente uma enxurrada de intervenções neste Estado. O Paraná tem aí mais de trinta intervenções que foram solicitadas no governo passado por não cumprimento de ordem judicial. Evidente que cada caso é um caso, o Governador vai analisar, mas não vai permitir a desobediência neste Estado, se for conclamada a Polícia Militar para dar atendimento, para dar segurança, para dar tranquilidade, ela vai; evidentemente não se permitindo a ação mais violenta, isso não se permite, isso sabe V. Exa., que não é do feitio do Governador Jaime Lerner, e muito menos do Secretário da Segurança Pública, companheiro Cândido Martins de Oliveira.

Ouvi também atentamente o companheiro Vanhoni falar a respeito de um parecer dado pelo eminente Conselheiro Rafael Iatauro. Quero dizer Deputado Vanhoni que temos até discutido essa situação, daqui a pouco vou receber em meu gabinete uma comissão de diretores da Fundação BANESTADO, com quem vamos conversar, com quem vamos discutir, com quem vamos procurar ouvi-los, para que possamos quem sabe encontrar um caminho.

Mas é bom deixar bem claro que a decisão tomada pelo Conselheiro Rafael Iatauro é de estrita competência do Tribunal de Contas do Paraná. Não se pode querer aqui nesta Casa Deputado Vanhoni vincular uma coisa com outra, como quem quer dizer que o eminente Conselheiro fez um parecer para beneficiar o Governador Jaime Lerner. Em absoluto, o Governador não entrou nesta participação, não tem nenhuma participação nisso, e evidentemente é um assunto que haveremos ainda de analisar, de discutir com o bom senso reinando nessas discussões.

Posso admitir que Vossa Excelência diga de que o Governador Jaime Lerner, o Governo do Jaime Lerner tem interesse em desmontar a fundação, tem interesse em imprimir uma nova maneira do atuar da Fundação BANESTADO, da Corretora, ou da Gralha Azul. Absolutamente, não é essa a maneira que pensa o Governador Jaime Lerner. O que está se fazendo são levantamentos através do novo Presidente do Banco do Estado do Paraná no sentido evidentemente

de encontrar o melhor caminho, de encontrar uma dinamização no trabalho no sentido de que possa a coisa evoluir, não no sentido de prejudicar, de atrapalhar qualquer uma que seja das ações.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo, quando solicitei o Parecer do eminente Conselheiro do Tribunal de Contas é porque esta Casa, os Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná acho que tem que se debruçar sobre o que está acontecendo com o Banco do Estado, com as instituições criadas pelos funcionários do Banco do Estado, com o que está acontecendo dos interesses econômicos, que podem estar por trás, não afirmo que esteja por trás nenhum, não afirmo que o Conselheiro Rafael Iatauro, esteja ele por si só com a intenção de desmontar a Corretora do Banco do Estado, nem a Seguradora Gralha Azul e muito menos o Fundo de Benefícios do Banco do Estado do Paraná. Mas não posso deixar de entender que interesses econômicos estão em luta neste processo, por isso a necessidade de que os Deputados tenham claro do que está acontecendo em relação a essas instituições. Porque está em jogo a securidade de mais de quinze mil funcionários do Banco do Estado do Paraná, está em jogo o futuro da Corretora, está em jogo o futuro da própria Seguradora Gralha Azul que foi objeto de muita luta política e embates econômicos no Governo passado com grupos econômicos aqui no Estado do Paraná, que todos sabemos. Então, são esses esclarecimentos que acho que a Assembléia Legislativa do Paraná, através da Comissão de Justiça, deveria trazer ao conjunto dos Deputados. Não acredito que o atual Governo esteja por trás de uma ação desta monta, em hipótese alguma isso passa pela minha cabeça, mas não posso deixar de esquecer que há interesses econômicos na sociedade agindo, se estranhando no aparelho do Estado, e que muitas vezes o próprio Governador deixa de saber.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte.

Posso tranquilizá-lo de que vamos conversar com o Governador, Vossa Excelência já teve oportunidade, lá esteve em Palácio com o Governador, foi recebido, colocou as suas posições, a sua preocupação, que me somo a eles também, entendo perfeitamente, tenho o maior respeito pelo quadro de funcionários do Banco do Estado do Paraná. E haveremos de somar nossa luta da manutenção, dos direitos dos funcionários do Banco do Estado do Paraná, não resta a menor dúvida. Agora, evidentemente que vamos

com muita cautela tratar deste assunto, não vamos tratar desse assunto no emocional porque de repente a coisa não chega a lugar nenhum. E quando falo no emocional também respondo ao Deputado Romanelli, que também em tom emocional, porque afinal de contas, entendemos, foi Presidente da COHAPAR, passou por lá, fez o seu trabalho, criticado por uns, elogiado por outros; mas que na verdade o que não podemos aceitar é de que Vossa Excelência também diga de que o Governo do Estado do Paraná pretenda destruir um Projeto, um programa que vinha dando certo. Não vou discutir a questão, o mérito do Projeto, se ele vem dando certo ou não; o que tem que se admitir é que mudou o Governo, e o Governo quando muda evidentemente procura colocar em prática a sua filosofia de trabalho. Nós, ainda numa reunião de Secretários na semana passada com o Governador discutimos uma série de aspectos em relação ao Programa da Casa da Família, e nem por isso este Parlamentar veio à tribuna para fazer críticas, para denunciar. Mas evidentemente que algumas mudanças haverão de acontecer. Agora, a posição pessoal do Secretário não significa a posição final do Governador Jaime Lerner. Colocou o Secretário de Habitação, Rafael Dely, renomado arquiteto, pessoa da maior estima e da maior consideração que tem o Governador Jaime Lerner por ele, colocou a sua posição pessoal. Claro que algumas mudanças estão sendo feitas, claro que uma readaptação do projeto está sendo feita, e haveremos, o Governador Jaime Lerner vai cumprir tudo aquilo que foi prometido no Governo passado da construção de quarenta mil casas, me parece, não posso afirmar isso com precisão, mas que infelizmente não cumpriu a metade, e temos que assumir essa responsabilidade. O Governador Jaime Lerner vai com todas essas dificuldades que tem, procurar cumprir aquilo que foi colocado em programa de campanha do Governo passado e que infelizmente não foi cumprido até agora. Agora, evidentemente dentro das suas devidas adequações, analisando, vendo se é esse o caminho, se não é esse, se é pela auto construção ou não, esta questão habitacional é um caso sério e que o Governador Jaime Lerner tem um carinho muito grande nisso, a prova disso foi o lançamento das vilas rurais, que poderão inclusive ser adequadas dentro do Projeto da Casa da Família também.

Gostaria de deixar aqui colocado essa posição do Governo do Estado, está preocupado com essa situação, mas que em momento algum está preocupado em apenas encontrar os erros da administração passada, está preocupado em encontrar as soluções para que possamos dar continuidade ao Governo do Estado do Paraná a governar esse Estado

como o povo espera e como o povo tanto pediu, mudanças e essas mudanças já começam a acontecer. O Governador muito embora sem muito alarde está aí fazendo os Projetos, lançando os Projetos no interior do Estado valorizando as Prefeituras do interior, levando seus projetos lá para o interior, porque esta era a grande preocupação da classe política e até mesmo da comunidade paranaense, porque tinha na figura do Governador Jaime Lerner o Prefeito de uma capital do Estado. E o Jaime Lerner está dando exatamente a resposta que muitos esperavam que ele nos desse, é governar no interior do Estado, e levando os Projetos, quinta-feira em Pato Branco, amanhã em Toledo e Cascavel, e assim por diante, levando os benefícios, as suas idéias, os seus projetos para melhorar a vida do povo do interior do Paraná. Concedo aparte a V. Exa..

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - (Aparte - Assentimento) - Agradeço ao Deputado Algaci Túlio, e queria na verdade fazer uma sugestão a V. Exa. para evitarmos aqui o requerimento de convocação do Secretário Especial de Política Habitacional, que o Senhor faça, como fez muito bem feito naquele episódio da extinção do Programa Panela Cheia, que convide o Secretário Rafael Dely e que venha debater com os Senhores Parlamentares os motivos da sua decisão de extinguir o Programa Casa da Família. Claro que o Programa Casa da Família como todo grande Programa que se move, um programa de construção de casas não é um programa de confecção de cuques, de bolos, que você faz o fermento e coloca no forno e tira de manhã cedo. É todo um processo de construção, elaboração de projetos e de execução das unidades. Mas que V. Exa. tomasse a iniciativa de trazer aqui nessa Casa o Secretário Rafael Dely para que possamos de forma clara, transparente e objetiva auxiliá-lo até se for possível na obtenção de recursos e verbas para continuar o programa. Nada impede que aliás ele faça o programa de auto construção para quem ganha acima de três salários mínimos e execute esse belo programa das vilas rurais, mas que continue o programa que atende quem ganha até três salários mínimos que é o Programa Casa da Família, mesmo que até três salários mínimos que é o Programa da Casa da Família, mesmo que ele mude o nome, podemos até buscar um marquetólogo para mudar o Programa e dar a ele a marca do Governo Jaime Lerner.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte e volto a reafirmar, V. Exa. cita o fim do Panela Cheia. O Panela Cheia não foi o fim feito pelo Governo Jaime Lerner, foi o

fim dado pela direção anterior do Banco do Estado do Paraná e corroborado pelo Governo passado. Vamos acabar com essa folia de dizer que o Governo Jaime Lerner acabou com o Panela Cheia e que de repente vai acabar com a Casa da Família, pelo contrário, ele vai dar continuidade aos projetos de boa qualidade e vai incentivar outros projetos no sentido de melhorar a condição de vida do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na presente Sessão Plenária em função de viagem ao Município de Rebouças. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni e Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando destaque para a Proposição nº 121/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 329/94, item nº 02 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Retirado pelo autor.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões das Proposições nºs 121 e 124/94, itens 02 e 03 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Indago da Presidência, se retirarmos da

Ordem do Dia por dez dias, se não vamos fugir ao prazo constitucional da apreciação de veto do Executivo. Se isso ocorrer, não podemos.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Essa Presidência colocou em consideração ao Plenário. O Plenário se manifestou favoravelmente.

Portanto, matéria vencida.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Apenas para um esclarecimento.

O n° 3 foi retirado da Ordem do Dia. Deputado Carlos Simões me parece que era esse o projeto de sua autoria e ele teria interesse que fosse protelada a apreciação do veto desta tarde. O item 1 e o item 3.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Foi aprovado o 121 e o 124.

O SR. TOTI COLAÇO - Está correto. Obrigada.

#### ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 121/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 423/94, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Jundiá do Sul, o trator de esteira marca FIAT, modelo AD-14, ano 1975. Conforme especifica. SEM RELATÓRIO DA C.C.J..

Ofício DTL/SAT n° 031/95

Curitiba, 17 de janeiro de 1995.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 384/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 423/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Jundiá do Sul, o trator de esteira que especifica, que se encontra cedido àquela municipalidade, conforme Termo de Cessão de Uso n° 031/93, de 01 de dezembro de 1993.

Ainda em que pese a intenção do autor, nobre Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana, o plano de lei em referência não pôde merecer acolhimento em face de pronunciamento da Secretaria de Estado dos Transportes, através do DER, manifestando-se contrariamente à pretendida doação, asseverando que a matéria deverá ser reavaliada somente após o término da cessão, que durará até 11 de novembro de 1995, quando, então, estará em condições de analisar a

necessidade do retorno do equipamento às atividades operacionais do órgão. Informa, ainda, aquela pasta que, procedida a necessária vistoria na referida máquina, não foi declarada sua inservibilidade, fato que também impede sua doação.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

#### PROJETO DE LEI N° 423/94 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Jundiá do Sul, o trator de esteira marca Fiat, modelo AD-14, ano 1975, com número de ordem 3TE-089.012, cedido em comodato àquela municipalidade, conforme Termo de Cessão de Uso n° 031/93, de 01 de dezembro de 1993.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.12.94.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

#### JUSTIFICATIVA:

O trator de esteira, objeto do presente projeto de lei, foi repassado em comodato à Prefeitura Municipal de Jundiá do Sul, sem nenhuma condição de uso e a Prefeitura, mediante autorização governamental de doação, mandou executar serviços de reparação do mesmo. Durante a tramitação, exigiu-se "Termo de Inservível", não fornecido exatamente em razão da reforma executada.

Assim, a forma legal de solução do impasse é justamente o presente projeto de lei, que, aprovado, virá suprir as exigências legais.

#### ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 124/94 Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 197/94, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de São João do Triunfo. SEM RELATÓRIO DA C.C.J..

OFÍCIO DTL/SAT N° 035/95

Curitiba, 17.01.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 258/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do dis-

posto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 197/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de São João do Triunfo o imóvel que especifica, para o uso de sua administração, conforme aduz em sua justificativa.

Ainda que louvável a intenção do autor, nobre Deputado Geraldo Cartário Ribeiro, o plano de lei em referência não pôde ser acolhido em face de informação prestada pela Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, no sentido de que não é aconselhável a pretendida doação, pelo fato de que o próprio Estado poderá vir a utilizar o questionado imóvel, para a instalação de órgãos de sua administração.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 197/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado, autorizado a doar à Prefeitura Municipal de São João do Triunfo, o lote urbano nº 13, quadra 33 da planta da Cidade, situado à Rua Tenente Coronel Carlos Souza a 15,92 metros da esquina com a Rua Manoel Ferreira de Andrade, tendo forma poligonal irregular e as seguintes medidas e confrontações: de frente: para a Rua Tenente Coronel Carlos Souza medindo 49,30 metros; de fundos: de quem da mesma rua para o lote olha, medindo 33,35 metros, confrontando com Gilberto Andrade Helila, 1,00 metro transversal mais 15,30 metros, confrontando com a Sociedade Recreativa Triunfense; do lado direito: de quem da mesma rua para o lote olha, medindo 33,10 metros mais 6,00 metros a 45°00' em relação a linha, confrontando com Sebastião Abel Gabre; e do lado esquerdo: de quem da mesma rua para o lote olha, medindo 39,60 metros confrontando com Manoel Pedro Andrade Halila, onde fecha o levantamento topográfico da área com total de 1928,36 metros quadrados.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.09.94

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

A sede da Prefeitura Municipal de São João do Triunfo foi edificada no ano de 1927, e encontra-se inadequada, pequena e com diversas avarias, não fornecendo segurança aos que a utilizam e sem espaço para gerir seus assuntos administrativos bem como seu próprio pessoal. O terreno que em pauta solicitamos, dispõe de uma edificação com 345 metros quadrados, sendo ideal para a nova sede da Prefeitura. Tal terreno e construção, anos passados, foi utilizada como hospital e maternidade, sendo que no momento encontra-se desocupada pois foi construído um novo hospital, maior e adequado às novas exigências. A construção está desocupada há mais de três anos, abandonada, enquanto a Prefeitura necessita de tal espaço para o bom andamento administrativo e atendimentos que se fazem necessários, já que não possuem condições financeiras para realizar a reforma e aumento da sede atual.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Em votação a Discussão Única da Proposição nº 120/94.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 120/94. Veto aposto ao Projeto de Lei nº 329/94 de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Altera o art. 2º da Lei nº 9886, de dezembro de 1991, que trata do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. Sem relatório da C.C.J..

Ofício/DTL/SAT nº 030/95

Curitiba, 17 de janeiro de 1995.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 326/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 329/94, por julgá-lo desnecessário e contrário ao interesse público, tendo em vista tratar de matéria já definida pela Lei nº 11.017, de 28 de dezembro próximo passado, uma vez que a pretendida isenção do IPVA já está por ela concedida.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 329/94  
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei nº 9886, de 26 de dezembro de 1991, passa a ter a seguinte redação:

"Art. ... Ficam revogados o § 6º do artigo 3º; o § 3º do artigo 6º; o inciso VII do artigo 14; o § 3º do artigo 16 e o artigo 19, todos da Lei nº 8925, de 28 de dezembro de 1988, e demais disposições em contrário."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 1994.

Palácio XIX de Dezembro, em 12.12.94

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 9.886, de 26 de dezembro de 1991, bem como as anteriores, estabelecem o tratamento tributário pertinente ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores (I.P.V.A.) e mantido no âmbito de competência do Estado pelo artigo 155, inciso 1, alínea "C" da Constituição Federal do Brasil "Seção IV (Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal)" - Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir: I - Imposto sobre: c) propriedade de veículos automotores.

A apresentação deste Projeto de Lei é a forma para revigorar a isenção do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (I.P.V.A.) aos veículos nacionais e estrangeiros, respectivamente, com mais de 15 e menos de 25 anos de fabricação. A proposição tem a mais alta procedência técnica e social. Com efeito ela objetiva dar isenção aos mencionados veículos.

Assim sendo, apresentamos o presente Projeto de Lei à apreciação dos Nobres Pares, esperamos seja acolhido e aprovado por esta Casa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - (Procede chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Votaram 41 Senhores Deputados.

Designo Comissão Escrutinadora, composta pelos Deputados: Albanor Gomes, Deputado Edson Lino e Edno Guimarães para que procedam a contagem dos votos.

(Pausa)

Esta Mesa anuncia o resultado. Trinta votos sim, onze não. Está mantido o veto e rejeitado o Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sobre a mesa, Requerimentos nºs 526 e 527, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535 e 536, de autoria do

Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 537, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 539, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 541 e 542, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 543, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovados.** Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 545, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 546, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 548, de autoria dos Srs. Deputados Antônio Annibelli e Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 550, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 551 e 552, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 553, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 554, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Adia-se a discussão para a próxima sessão,



na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 555, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 556, de autoria dos Srs. Deputados José Tavares e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 557 e 558, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 525, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 559, de autoria do Sr.

Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 001 e 015/95  
do de Resolução n° 005/95  
e dos de Lei n°s 016, 024, 048, 060, 067, 068, 069, 070 e 071/95

Levanta-se a sessão.